

ALUTAEUROPÉIAENTREAS DINASTIAS DOS HABSBURGOS E DOS VALOIS PELA BORGONHA E ITÁLIA (1477-1559)

The European struggle between the Habsburg and Valois dynasties for Burgundy and Italy

Peter Johann Mainka*

RESUMO

O sistema dos Estados na Europa, nos Tempos Modernos e Contemporâneos, até o fim da Segunda Guerra Mundial, era caracterizado pelo antagonismo entre o Império Romano-Germânico, e mais tarde a Alemanha, por um lado, e a França, por outro. Esse artigo tem como objetivo principal apresentar as origens desse conflito na virada da Idade Média para os Tempos Modernos, quando os Habsburgos lutaram contra os reis franceses pela herança de Borgonha (1477-1493), a extensão dessas lutas à Itália, em que a França e a Espanha eram os verdadeiros adversários (1494-1516) e, acumulando os antagonismos antigos entre a Borgonha e a França, assim como entre a Espanha e a França, as cinco guerras entre Carlos V e Francisco I, inclusive os seus filhos herdeiros e sucessores Felipe II e Henrique II, pela hegemonia da Itália e do mundo (1521-1559).

Palavras-chave: século XVI, França, Itália, Carlos V, Francisco I.

ABSTRACT

The system of states in Europe in the early Modern and Contemporary times, until the end of the Second World War, was characterized by the antagonism between the Roman-German Empire or Germany on the one side and France in the other. The main goal of this article is to present the origins of this conflict at the turning point of the Middle

* Professor Doutor visitante (da Alemanha) no Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual de Maringá/Paraná/Brasil.

Ages to the early Modern times, when the Habsburgs fought with the kings of France for the heritage of Burgundy (1477-1493), the expansion of the struggles to Italy, where France and Spain were the real opponents (1494-1516) and, taking over the ancient antagonism between Burgundy and France as between Spain and France, the five wars between Charles V and Francis I, including their sons and successors Philip II and Henry V for the hegemony in Italy and the world (1521-1559).

Key-words: 16th century, France, Italy, Charles V, Francis I.

Introdução

Quase ao mesmo tempo, subiram o *Habsburgo* Carlos (1500-1558)¹ e o *Valois* Francisco (1494-1547)² ao trono de seus países: Francisco sucedeu, em 1515, ao seu sogro Luis XII (1462-1515, rei desde 1498) como rei da França, e Carlos, filho do duque Felipe da Borgonha, o Belo, (1478-1506) e neto do imperador Maximiliano I (1459-1519, rei romano-germânico desde 1486, imperador desde 1508), tornou-se, em 1516, o soberano dos reinos unidos da Espanha. Pela coroa imperial do Sacro Império Romano-Germânico, os dois lutaram encarniçadamente, porque Maximiliano I, antes de sua morte em 12 de janeiro de 1519, não havia providenciado a eleição de um rei romano-germânico como sucessor.³ Os Príncipes Eleitores tinham uma tarefa difícil: se votassem a favor de Carlos, sabiam que a sua força imensa de poder, ficando fora do império, fortaleceria a sua posição constitucional como imperador e, conseqüentemente, enfraqueceria o seu domínio nos próprios territórios; se votassem em Francisco, eles sabiam que, devido às suas pretensões a estender o seu poder a Toscana e a Nápoles, assim como

1 Cf. KOHLER: Karl V. (1519-1556), 1990; KOHLER: Karl V. 1500-1558, 1999; e SCHULIN, 1999. Para todos os dados biográficos neste artigo, cf. MATZ, 1994.

2 Cf. TERRASSE, 1948, e JACQUART, 1981. Para a história da França nessa época, cf. LADURIE, 1994.

3 Maximiliano tentou, naturalmente, preparar a eleição de seu neto Carlos, rei romano-germânico, mas não conseguiu realizar isso em sua vida. Sobre seus esforços em maio e setembro de 1518, cf. WIESFLECKER-FRIEDHUBER, n. 78 e 81, p. 277 et seq. e 287 et seq. Para os detalhes da eleição, cf. RABE, 1991, p. 219-224.

devido ao domínio feudal superior do imperador nos Países-Baixos, alguns conflitos seriam inevitáveis. As duas facções começaram a cortejar não somente os Príncipes Eleitores, mas também os outros príncipes influentes do império por meio da diplomacia, da demonstração de força⁴ e poder e, principalmente, por meio de doações, pensões e verbas de suborno. Enquanto isso, diante dos príncipes, Carlos, que havia rejeitado com toda a veemência a candidatura de seu irmão mais jovem, Fernando (1503-1564, rei romano-germânico desde 1531, imperador desde 1556/1558),⁵ destacou a sua origem alemã e, especialmente, da dinastia dos *Habsburgos* que tinha apresentado os imperadores anteriores e garantido o bem-estar do império. Francisco salientou que possuía todas as virtudes para dominar o império com sucesso, respeitando os direitos e privilégios dos príncipes e conseguindo resistir e combater os turcos.⁶ Afinal, os maiores recursos das grandes companhias e sociedades comerciais, como as dos Fugger e dos Welser em Augsburg, a saber, mais de 850.000 florins,⁷ decidiram a eleição dos Príncipes Eleitores no dia 28 de junho de 1519 a favor do candidato dos *Habsburgos*. A candidatura do Príncipe Eleitor Frederico III da Saxônia, o Sábio (1463-1525, príncipe desde 1486), lançada pela cúria papal, isto é, pelo papa Leão X (1475-1521, papa desde 1513), pouco antes da eleição, nunca teve esperança de sucesso.⁸ Para proteger os interesses genuínos do Império Romano-Germânico diante do poder imenso de Carlos fora do império, para evitar uma alteração da constituição imperial no sentido absolutista e, naturalmente, para assegurar os seus próprios direitos à co-gestão em todas as questões de política interna e externa, os Príncipes Eleitores obrigaram o novo imperador a assinar, poucos dias após a sua eleição, em 3 de julho de 1519, as assim chamadas *Wahlkapitulationen* (Capitulações eleitorais), um

4 Quando o duque Ulrico de Württemberg (1487-1550, duque de 1503 a 1519 e de 1534 a 1550) apoderou-se, aproveitando a morte do imperador Maximiliano I, da cidade imperial de *Reutlingen*, os Habsburgos, à frente das tropas da União da Suábia, o expulsaram e isso aumentou a reputação dos mesmos no império enormemente. Cf. RABE, 1991, p. 220 et seq.

5 Cf. a carta de Carlos à sua irmã Margarida e ao conselho dos Países Baixos de 5 de março de 1519, impressa em KOHLER, Quellen, n. 4, p. 41-44.

6 Cf. a propaganda de Carlos e Francisco diante dos Príncipes Eleitores, impressa em: KOHLER, Quellen, n. 6, p. 46-52.

7 Cf. o cálculo de custos eleitorais de 1520, impresso em: KOHLER, Quellen, n. 10, p. 63-70.

8 Devido a essa candidatura, o papa retardou, na segunda metade do ano de 1519, a assim chamada *Causa Lutheri*, isto é, a realização do processo contra o reformador alemão em Roma.

dos mais importantes documentos constitucionais do império. Elas deveriam limitar *de jure* o desempenho dos seus direitos reinantes, mas na prática, não conseguiram domar o seu poder.⁹

Desde essa eleição imperial, Carlos V e Francisco I, “o mais importante rei francês na Renascença”,¹⁰ tornaram-se inimigos não somente pessoais, mas também políticos. O conflito entre Carlos e Francisco – continuado mais tarde por seus filhos Felipe II (1527-1598, rei desde 1558) e Henrique II (1519-1559, rei desde 1547), e com isso um conflito entre as dinastias européias dos *Habsburgos* e dos *Valois* –, tornou-se um conflito ideológico e militar, que caracterizou o sistema dos Estados na Europa, não somente nos Tempos Modernos, mas também até o final da Segunda Guerra Mundial.

As lutas pela herança de Borgonha (1477-1493)

As origens desse conflito encontram-se, porém, no século XV, quando os *Habsburgos*, em 1477, com o casamento¹¹ de Maximiliano e Maria, a filha herdeira do duque Carlos de Borgonha, o Audaz (1433-1477, duque desde 1467), iniciam o antagonismo tradicional entre a França e a Borgonha composta, entre outros, pelos seguintes territórios: o Ducado (*Bourgogne*) e o Livre-Condado (*Franche-Comté*) de Borgonha; o Ducado de Luxemburgo; Picardia, *Artois*, Flandres e os Países Baixos – localizados entre a França e a Alemanha; um país rico e próspero, sendo um dos mais desenvolvidos na Europa daquele tempo.¹² Enquanto os duques de Borgonha, procedendo de uma linha secundária da dinastia dos *Valois*, tentavam, desde a segunda metade do século XIV, estender seu território e

9 As Capitulaciones eleitorais de 3 de julho de 1519 estão impressas (em extrato) em: KOHLER, Quellen, 1990, n. 7, p. 53-58.

10 HINRICHS, Renaissance..., p. 140.

11 Cf. o relatório anônimo sobre as núpcias entre Maximiliano e Maria, impresso em: WIESFLECKER-FRIEDHUBER, n. 5, p. 35-38.

12 Cf. a obra clássica de HUIZINGA, 1978; MIECK, 1982, p. 248-152, e MEUTHEN, 1984, p. 51 et seq.

seu império, os reis da França estavam fortemente interessados em um aumento do domínio real (*domaine royale*), do poder monárquico e central diante dos príncipes feudais concorrentes e em um arredondamento do território francês, especialmente na fronteira leste. O conflito, portanto, teve antecedentes.

Desde então, Maximiliano¹³ e o rei francês Luis XI (1423-1483, rei desde 1461) lutaram tenazmente pela posse desse complexo de territórios.¹⁴ Nenhum dos dois soberanos, no entanto, conseguiu atingir claras vantagens militares: Luis foi derrotado na batalha de *Guinegate* em 1479; Maximiliano, por seu lado, acabou por perder, sucessivamente, a lealdade e a solidariedade dos seus súditos, a partir da morte súbita de sua esposa grávida Maria, devido a um acidente ao andar a cavalo em março de 1482. Por causa desse empate, as lutas terminaram, por hora, com uma divisão da herança que favoreceu, sem dúvida, a França. Na Paz de *Arras*, feita em 23 de dezembro de 1482, Maximiliano permaneceu somente com a posse dos Países Baixos, enquanto a França recebeu o Ducado de Borgonha e a Picardia. Além disso, foi combinado um matrimônio entre o delfim Carlos (1470-1498, rei desde 1483) e Margarida (1480-1530), a filha de Maximiliano e Maria, como vínculo entre as duas dinastias. Carlos e Margarida deveriam receber como dote a região do *Artois* e a *Franche-Comté*. No ano seguinte, porém, quando Luis XI faleceu e seu filho Carlos VIII, ainda menor, sucedeu-o no trono, o conflito eclodiu novamente.

Maximiliano, importunado fortemente pelas corporações feudais poderosas de Flandres¹⁵ e eleito na primavera de 1486, como rei romano-germânico¹⁶ e, com isso, determinado para ser sucessor presuntivo de seu pai, o imperador Frederico III (1415-1493, imperador desde 1452), saiu, finalmente, em 1489, dos Países Baixos a fim de apoiar seu pai e combater as tropas húngaras que haviam invadido os territórios austríacos e ocupado,

13 Sobre a vida de Maximiliano, cf. BUCHNER, 1970; WIESFLECKER, 1986, e WIESFLECKER, 1990.

14 Para os seguintes parágrafos, cf. especialmente BUCHNER, 1970, p. 20-34; MIECK, 1982, p. 254 et seq.; MEUTHEN, 1984, p. 49 et seq. e 53, e HINRICHS, *Renaissance...*, 1994, p. 114-119.

15 Cf. BUCHNER, 1970, p. 27-30.

16 Cf. os dois relatórios sobre a eleição e a coroação de Maximiliano em *Frankfurt* em: WIESFLECKER-FRIEDHUBER, n. 8 e 9, p. 41-47.

em 1485, até a capital Viena.¹⁷ Após ter aproveitado um armistício com a França, feito no dia 22 de julho de 1489, para assegurar o seu domínio sobre os Países Baixos, Maximiliano, com o apoio financeiro e militar do Império Romano-Germânico, enfrentou, de novo, diretamente, os interesses políticos da França, quando casou-se, em 19 de dezembro de 1490, *per procurationem*,¹⁸ isto é, em substituto, com Anna, a filha herdeira do duque Francisco II da Bretanha (falecido em 1488), tendo recebido um feudo que ainda não havia sido incorporado, totalmente, ao reino francês.¹⁹ A necessidade de estar presente nos territórios austríacos a fim de libertá-los e, além disso, de realizar os direitos existentes da dinastia dos *Habsburgos* à sucessão ao trono húngaro,²⁰ após a morte de Matthias Corvinus (1443-1490, rei desde 1458), alguns meses antes, em 6 de abril de 1490, proibiu um apoio militar efetivo para Anna de Bretanha. Finalmente, Maximiliano, sem quaisquer recursos financeiros, fracassou tanto no leste quanto no oeste. Seu pai, Frederico III, mediou a Paz de *Pressburg*, feita no dia 7 de novembro de 1491, concedendo a coroa húngara ao rei da Boêmia Wladyslaw II (1456-1516, rei da Boêmia desde 1471 e da Hungria desde 1490). Anna de Bretanha, bloqueada na cidade de *Rennes* pelas tropas francesas sob a direção do rei Carlos VIII, sem apoio concreto de seu marido, Maximiliano, capitulou no dia 15 de novembro de 1491 e, dois dias depois, noivou com o rei francês, ainda sendo legitimamente noivo de Margarida, filha de Maximiliano.²¹

Nessa situação muito desagradável, como objeto de escárnio em toda a Europa, e abandonado por seus aliados, a Inglaterra e a Espanha, Maximiliano conseguiu vencer as tropas francesas em uma batalha perto de *Senlis*, na *Franche-Comté*, em 19 de janeiro de 1493. Os pressupostos para fazer um compromisso com Carlos VIII foram muito oportunos, pois o rei francês tencionou preparar, diplomaticamente, a sua invasão militar à Itália.

17 Cf. BUCHNER, 1970, p. 27 et seq.; MEUTHEN, 1984, p. 48 et seq.

18 Segundo os costumes estranhos, naqueles tempos, o matrimônio *per procurationem* era consumido da seguinte maneira: um substituto do noivo, equipado com o pleno poder, colocava diante de testemunhas, a sua perna nua na cama do casamento. Com isso, a consumação do matrimônio, sendo decisivo para a validade completa de um casamento, segundo o direito canônico, era pelo menos indicado. Cf. BUCHNER, 1970, p. 35.

19 Cf. MIECK, 1982, p. 251-254, e HINRICHS, *Renaissance...*, p. 116 et seq.

20 Cf. BUCHNER, 1970, p. 37 et seq., e RABE, 1991, p. 34-36.

21 Cf. BUCHNER, 1970, p. 34-39 e MIECK, 1982, p. 52-55.

Assim, realizou-se, no dia 23 de maio de 1493, o acordo de Paz de *Senlis* com as seguintes determinações: Margarida pôde voltar para os Países Baixos; seu dote, a *Franche-Comté* assim como o *Artois* foram devolvidos a Maximiliano; a França permaneceu na posse do Ducado de Borgonha e da Picardia. Com esse acordo, a divisão da herança Borgonhesa foi confirmada, sem trazer, porém, uma resolução definitiva e amplamente reconhecida.²²

Por isso, as relações entre a França e o Império Romano-Germânico, entre as dinastias dos *Valois* e dos *Habsburgos* e, especialmente, entre Carlos VIII e Maximiliano, que assumiu a direção do império quando seu pai, Frederico III, faleceu em 19 de agosto de 1493, não melhoraram, mas se agravaram. A política de Maximiliano foi determinada, também na seqüência, pela idéia de combater e até de destruir a França. O conflito regional na fronteira entre a França e a Alemanha alargou-se no ano seguinte, notadamente, quando Carlos VIII iniciou a luta pela Itália e, com isso, pela hegemonia na Europa.

A luta pela hegemonia na Itália (1494-1516)

A Paz de *Lodi*, de 1454, havia estabelecido na Itália uma balança de cinco poderes principais (pentarquia), a saber, Milão, Veneza, Florença, Estado do Vaticano e Nápoles, e, com isso, um sistema político que garantiu uma certa estabilidade e ordem entre os Estados italianos concorrentes na segunda metade do século XV.²³ O reinado de Nápoles, assim como o da Sicília, pertenceu ao reinado espanhol de Aragão. Afonso de Aragão (1396-1458, rei de Aragão desde 1416 e de Nápoles e da Sicília desde 1442) ordenou uma divisão do seu império: enquanto o seu irmão João II (1397-1479, rei de Aragão e Sicília desde 1458) assumiu o domínio em Aragão e na Sicília, Ferrante (1423-1494, rei desde 1458), seu filho ilegítimo subiu ao trono de Nápoles.

²² Cf. BUCHNER, 1970, p. 41-45; MIECK, 1982, p. 254 et seq. e HINRICHS, *Renaissance...*, p. 117 et seq.

²³ Para esse sistema de Estados italianos, cf. MEUTHEN, 1984, p. 66-69 e 72 et seq.; RUBINSTEIN, 1988, p. 105-119 e RABE, 1991, p. 30-33.

O sistema político na Itália, estabelecido pela Paz de *Lodi* se desfez, quando em julho de 1494, após a morte de Ferrante, o rei de Nápoles, em janeiro do mesmo ano, Carlos VIII iniciou a sua famosa marcha à Itália, para realizar as suas pretensões de sucessão ao trono napolitano, baseando-se em direitos antigos da dinastia francesa dos *Anjou* e simulando uma cruzada contra os turcos infiéis.²⁴ Devido a essa campanha, a Itália, o outro e mais antigo centro cultural da Europa ao lado da Borgonha,²⁵ perdeu a sua independência política e tornou-se o joguete das grandes potências estrangeiras que lutaram neste solo pela realização de seus direitos dinásticos, isto é, seus direitos hereditários em alguns Estados, pela garantia da sua influência e, finalmente, pela hegemonia no mundo europeu. Iniciou-se, então, uma nova época da política (externa), orientada pela Razão de Estado, uma categoria de agir na política, justamente estabelecida nesse quadro histórico e fundamentada teoricamente por um contemporâneo participante, a saber: Nicolau Maquiavel (1469-1527) e seu *Príncipe*.²⁶

A operação militar de Carlos VIII, muito bem preparada diplomaticamente,²⁷ surtiu o sucesso rápido desejado. A resistência dos *Medici* em Florença foi derrubada, com a consequência de que essa dinastia senhoril foi expulsa e o dominicano Girolamo Savonarola (1452-1498) estabeleceu um regime teocrático popular na cidade;²⁸ no dia de São Silvestre de 1494, Roma foi tomada e no dia 22 de fevereiro do ano seguinte, Carlos VIII entrou, com as suas tropas, em Nápoles,²⁹ que, com isso, acabou por constituir um poder influente na Itália.

Os inimigos da França, na Itália e em toda a Europa, uniram-se rapidamente; já no dia 31 de março de 1495, uma Sacra Aliança foi formalizada entre o papa Alexandre VI (1430-1503, papa desde 1492), Veneza, o duque Ludovico *Sforza*, de Milão (1452-1508, duque de 1494 a 1499 e em 1500), o *Habsburgo* Maximiliano, os reis da Espanha, a saber Fernando II de Aragão (1452-1516, rei de Aragão desde 1479, regente de Castela desde 1506) e Isabel de Castela (1451-1504, rainha desde 1474), para manter a paz, a ordem

24 Cf. MIECK, 1982, p. 255 et seq., e RABE, 1991, p. 31.

25 Sobre a cultura na Itália renascentista, cf. a obra clássica de BURCKHARDT, 1860/1991.

26 Cf. MAQUIAVEL, 1987, p. V-XXI (vida e obra) e p. 1-114 (texto do Príncipe).

27 Cf. MIECK, 1982, p. 254.

28 Cf. MITTERMAIER, 1995, p. 174-179.

29 Cf. MIECK, 1982, p. 277 e HINRICHS, *Renaissance...*, p. 117 et seq.

e a propriedade na Itália, obviamente dirigida contra o rei da França, mas sem mencioná-lo expressamente.³⁰ Diante dessa superioridade numérica e devido às dificuldades que diziam respeito à logística, Carlos não conseguiu manter a sua conquista no sul da Itália. Importunado, especialmente, pelas tropas espanholas, ele deixou Nápoles em 20 de maio de 1495 e teve de retirar-se à França. Em 1497, o armistício de *Lyon* encerrou, provisoriamente, as lutas e restabeleceu o *status quo ante* na Itália.³¹ Descendentes de Ferrante e, com isso, uma linha secundária da dinastia dos Aragão assumiram, novamente, o domínio em Nápoles.

Maximiliano participou dessas primeiras lutas na Itália, onde se enfrentaram, na verdade, a França e a Espanha (Aragão), somente como poder secundário, especialmente devido à sua falta permanente de recursos financeiros e militares. No entanto, o *Habsburgo*, rico em idéias e projetos,³² perseguiu, com perseverança e conseqüência, os seus próprios objetivos tanto quanto à Itália como à Borgonha e, com isso, dirigidos, diretamente, contra a França. Casado, em uma ligação exclusivamente política, desde 1494, com Bianca Maria *Sforza*,³³ a sobrinha do duque Ludovico, que recebeu, em compensação, o Ducado de Milão, pertencendo legalmente ao Império Romano-Germânico, como feudo imperial, para aumentar a legitimidade de seu domínio, Maximiliano quis, no geral, retomar e reanimar os direitos imperiais antigos do Império Romano-Germânico na Itália, já enfraquecidos desde a Idade Média; além disso, ele tencionou preparar a sua coroação oficial como imperador em Roma como pressuposto importante de uma grande cruzada européia contra os turcos, dirigida por ele mesmo. Para realizar esses interesses diferentes, por um lado, imperiais e, por outro, dinásticos, ele combinou, ao redor da formação da Sacra Aliança, com os reis da Espanha, um casamento duplo entre as duas famílias:³⁴ Felipe, o Belo

30 O documento desse acordo está impresso em: WIESFLECKER-FRIEDHUBER, n. 15, p. 66-70. Naqueles tempos, era comum chamar uma aliança, na qual tinha participado o papa, de uma sacra aliança.

31 Cf. MEUTHEN, 1984, p. 72 et seq. e RABE, 1991, p. 32 et seq.

32 Cf. BUCHNER, 1970, p. 45-59.

33 Para esse casamento e os planos que Maximiliano relacionou a ele, cf. BUCHNER, 1970, p. 59, e RABE, 1991, p. 178 et seq.

34 O documento de acordo sobre esse casamento duplo, feito no dia 20 de janeiro de 1495, está impresso em: WIESFLECKER-FRIEDHUBER, n. 14, p. 61-65. Para a política dinástica como meio importante da política, cf. KOHLER, *Tu felix Austria nube...*, 1994.

(1478-1506), e Margarida (1480-1530), os filhos do primeiro casamento de Maximiliano com Maria de Borgonha, deveriam se casar com Joana, a Louca (1479-1555, rainha de Castela desde 1504) e João (1478-1497), filhos de Isabel de Castela e Fernando de Aragão. Essa relação dinástica, que foi realizada em 1496 e 1497, surtiu, no futuro, devido ao acaso biológico, consequências sérias, que não puderam ser previstas, naquele tempo.

O armistício de 1497 não durou muito tempo. No ano seguinte, em 1498, quando sucedeu ao trono real da França, Luis XII (1462-1515, rei desde 1498) continuou a política agressiva e expansiva em direção à Itália.³⁵ Devido à sua descendência da família dos *Viscontis*, que haviam governado Milão até 1450, quando Francisco I *Sforza* usurpou o domínio no ducado, Luis pretendeu o governo de Milão.

Aproveitando as boas condições políticas de 1499, quando a Confederação Helvética tinha derrotado Maximiliano na assim chamada Guerra Suíça (ou Guerra da Suábia) e recebido, no Acordo da Basiléia, realizado em setembro de 1499, de fato, uma certa independência do Império Romano-Germânico,³⁶ Luis atacou, nesse mesmo ano, a cidade de Milão, que capitulou em abril de 1501. Quando Luis avançou com as suas tropas até Nápoles, onde governava uma linha secundária da dinastia dos Aragão, encontrou a oposição de Fernando de Aragão, que conseguiu impor-se e incluir o reino de Nápoles ao seu domínio direto. No Acordo de *Blois*, feito em 1504, as esferas de influência das duas grandes potências européias na Itália foram claramente delimitadas: a França, renunciando a todas as suas pretensões ao reino de Nápoles, permaneceu de posse do Ducado de Milão e controlou, com isso, a Itália Setentrional, enquanto a Itália Meridional ficou sob a hegemonia da Espanha, isto é, de Aragão, que assegurou o seu domínio sobre o *regnum utriusque Siciliae*, isto é, sobre os reinos de Nápoles e da Sicília.

Após a morte da rainha Isabel de Castela no dia 26 de novembro de 1504, quando Felipe, o Belo, ao contrário do testamento de Isabel a favor de seu marido Fernando, assumiu a regência por sua esposa Joana, a Louca, a

³⁵ Para esse parágrafo, cf. BUCHNER, 1970, p. 70-76, especialmente p. 74 et seq.; MIECK, 1982, p. 257; MEUTHEN, 1984, p. 67 et seq., e HINRICHS, *Renaissance...*, p. 125-142, especialmente p. 125 et seq. e 140 et seq.

³⁶ Cf. BUCHNER, 1970, p. 70-74; MEUTHEN, 1984, p. 54 et seq., e RABE, 1991, p. 179. Sobre a história dessa guerra relata também o famoso humanista alemão Willibald Pirckheimer (1470-1530), cf. WIESFLECKER-FRIEDHUBER, n. 30, p. 102-108.

legítima herdeira do trono,³⁷ o Acordo de *Blois* entre Luis e Fernando foi confirmado por uma ligação de casamento: Germaine de Foix, uma sobrinha do rei francês, casou-se com Fernando, mas não teve um filho que tivesse sobrevivido. Um outro acordo de casamento foi realizado em 22 de setembro de 1504, também em *Blois*, entre Luis e Maximiliano, para resolver todas as inimizades entre os dois soberanos: Carlos, o neto de Maximiliano, deveria se casar com Cláudia, a filha de Luis XII, que, por sua vez, recebeu, oficialmente, o Ducado de Milão como feudo imperial.³⁸ Com esse contrato, o conflito entre as dinastias dos *Valois* e dos *Habsburgos* parecia resolvido, especialmente porque o rei francês prometeu, em caso de sua morte sem herdeiros, dar ao casal o Ducado de Milão, o Ducado de Borgonha, assim como a Bretanha – os territórios, portanto, que foram, até então, áreas de conflito entre as duas dinastias. Esse equilíbrio, alcançado com muitas dificuldades, não foi de longa duração. Ao contrário do acordo, Luis XII casou a sua filha Cláudia com o seu sobrinho e sucessor presuntivo Francisco de Angoulême, mais tarde Francisco I da França (1494-1547, rei desde 1515) – de novo, uma humilhação pessoal para Maximiliano pelo lado francês. Com isso, o antagonismo entre essas duas famílias reais aumentou.

Apoiado pelas corporações imperiais e fortalecido depois de ter recebido, oficialmente, o título de Imperador Romano-Germânico Eleito, no início de fevereiro de 1508, na catedral de Trento,³⁹ Maximiliano realizou uma política mais ativa na Itália e abriu uma guerra, planejada já há muito tempo, contra Veneza, a fim de conquistar a sua terra firme. Essa Guerra Veneziana (1508-1516)⁴⁰ é, segundo Hermann Wiesflecker, o biógrafo de

37 Cf. RABE, 1991, p. 183.

38 Cf. BUCHNER, 1970, p. 79 e RABE, 1991, p. 179 et seq.

39 Cf. a proclamação de Maximiliano sobre a sua recepção do título de imperador sem a coroação papal do dia 8 de fevereiro de 1508 impressa em: HOFMANN, 1976, n. 3, p. 32 et seq. O relatório contemporâneo sobre essa proclamação, assim como a proclamação imperial, em: WIESFLECKER-FRIEDHUBER, n. 46 e 47, p. 163-170. Cf. também BUCHNER, 1970, p. 82 et seq. Maximiliano foi o primeiro imperador romano-germânico que não foi coroado imperador em Roma pelo papa. Ele mesmo se proclamou imperador na catedral em Trento, mas o papado reconheceu, imediatamente, essa proclamação. O seu sucessor Carlos foi coroado, no dia 24 de fevereiro de 1530, pelo papa, não em Roma, mas sim em Bolonha. Depois, todos os imperadores receberam o título de imperador quando sucederam aos seus antecessores. Uma coroação oficial pelos papas já não mais aconteceu.

40 Para essa Guerra Veneziana, cf. BUCHNER, 1970, p. 84-90; MIECK, 1982, p. 257 e 277, e RABE, 1991, p. 179 et seq.

Maximiliano, “uma das mais confusas guerras que jamais foram feitas”,⁴¹ especialmente devido às alianças que mudaram rapidamente nessas lutas. Quando a primeira campanha de Maximiliano fracassou, ele se uniu à Liga de Cambrai, realizada em 10 de dezembro de 1508, com outras potências européias, a saber: o papa Júlio II (1443-1513, papa desde 1503), a Espanha e a França, contra a república de São Marcos. Depois de alguns sucessos iniciais, o ímpeto militar dos aliados afrouxou-se e a liga começou a se dissolver. Nessa situação, quando o papa Júlio II se descuidou devido ao fortalecimento político e militar dos franceses na Itália Setentrional, houve um ataque da liga ao Estado do Vaticano. Então, Maximiliano sai da liga e toma, em 1511, a dianteira de um movimento nacional, isto é, a Sacra Aliança entre o papado, Veneza, a Confederação Helvética, assim como a Espanha e a Inglaterra, a fim de libertar a Itália dos bárbaros, ou seja, dos franceses.⁴²

Maximiliano, que ainda estava ao lado dos franceses, mudou-se, em 1512, também para a Sacra Aliança. Essa liga antifrancesa conseguiu reconquistar o Ducado de Milão, onde os Confederados Helvéticos, pretendendo uma supremacia, investiram, novamente, sobre a dinastia dos *Sforza*. Apesar desses sucessos, a liga começou a se dissolver quando Maximiliano pôs reivindicações territoriais exageradas ao aliado veneziano. Veneza saiu da aliança e se uniu à França, que estava, naquele momento, quase totalmente isolada. Embora também a Espanha e o novo papa Leão X (1475-1521, papa desde 1513) tenham se aproximado, politicamente, do rei da França, as tropas francesas sofreram duas derrotas graves, em 6 de junho de 1513, na batalha de *Novara*, e na batalha de *Guinegate* em Flandres, no dia 16 de agosto. Depois dessas derrotas, os franceses foram expulsos, definitivamente, da Itália Setentrional. Maximiliano, porém, não conseguiu aproveitar a fraqueza militar da França. Pela instância de Fernando de Aragão, ele se viu até obrigado a aceitar um compromisso espanhol-francês, irritando muito, com isso, o seu único aliado, que ainda estava a seu lado tinha na

41 Segundo WIESFLECKER, NDB, 1990, p. 465.

42 Quando Luis XII convocou então, para enfraquecer a posição papal, um concílio antipapal para a cidade de Pisa, para o dia 1 de setembro de 1511, o papa chamou o quinto Concílio de Latrão, que estava reunido em congresso de 1512 a 1517. Nessa situação, Maximiliano pensou em deixar de eleger o papa, no Concílio cismático em Pisa, cf. as duas cartas de Maximiliano a Paul Liechtenstein de 16 de setembro de 1511, e à sua filha Margarida, de 18 de setembro de 1511, impressas em: WIESFLECKER-FRIEDHUBER, n. 55 e 56, p. 190-194; cf. também RABE, 1991, p. 180 e 193.

luta contra a França, a saber: o rei Henrique VIII, da Inglaterra (1491-1547, rei desde 1509). Devido a essa irritação, o rei inglês, por sua vez, fez um acordo de paz com a França, confirmado por um acordo de casamento entre Luis, o rei francês, e Maria, a filha de Henrique.

As lutas na Itália receberam novos impulsos quando Francisco I ascendeu, em 1º de janeiro de 1515, ao trono francês. Aliado a Veneza, suas tropas venceram a batalha de Marignano, nos dias 13 e 14 de setembro de 1515, e os mercenários suíços considerados, naquele tempo, invencíveis, e reconquistaram, definitivamente, o Ducado de Milão. Na Paz Eterna, acordada em 12 de novembro de 1516, a Confederação Helvética teve de renunciar a todas as suas ambições de ser uma grande potência na região da Itália Setentrional e foi obrigada a permanecer neutra diante da França.⁴³

Em março de 1516, Maximiliano, o excelente arquiteto de política familiar dos *Habsburgos*, havia conseguido realizar um grande sucesso diplomático. Acordos de 1491 e de 1506/1507, feitos com o rei boêmio-húngaro Wladislaw, que havia assegurado a sucessão de seus dois reinados à dinastia dos *Habsburgos*, foram renovados e confirmados mediante a combinação de um duplo casamento entre as duas famílias dinásticas: os dois filhos de Wladislaw, Anna (1502-1547) e Luis (1506-1526, rei da Boêmia e da Hungria desde 1516) foram destinados aos netos de Maximiliano, Fernando (1503-1564, rei da Boêmia e Hungria desde 1526/27, rei romano-germânico desde 1531, imperador em 1556/1558) e Maria (1505-1558). Uma realização dessa sucessão não era muito provável, naquele tempo. Dez anos depois, em 1526, quando Luis II, o jovem rei boêmio e húngaro morreu nas lutas contra os turcos, o *Habsburgo* Fernando sucedeu-o, verdadeiramente, no trono dos dois países.⁴⁴

Apesar desses sucessos diplomáticos quanto à sua política diante dos vizinhos a leste dos territórios austríacos, Maximiliano conseguiu resultados pouco espetaculares em sua política bélica na Itália, ou seja, na Guerra Veneziana. A divisão das esferas de influência na Itália, como já havia sido determinada pelo Acordo de *Blois*, de 1504, foi novamente confirmada: enquanto a Espanha controlou o Sul do país, ou seja, a Itália Meridional, a

43 Cf. MIECK, 1982, p. 257 et seq.

44 Cf. RABE, 1991, p. 184 et seq.

França mantinha a supremacia no Norte, ou seja, na Itália Setentrional. O neto de Maximiliano, Carlos, duque da Borgonha desde 1506, declarado maior no ano de 1515, foi o primeiro da dinastia dos *Habsburgos* que reconheceu essas realidades políticas, no Acordo de *Noyon*, realizado em setembro de 1516, especialmente para preparar e assegurar a sua subida ao poder nos reinos da Espanha – ao lado de sua mãe doente, Joana, a Louca, após a morte de seu avô materno Fernando, no dia 23 de janeiro de 1516. O exemplo de seu neto, seguiu, finalmente, também o imperador romano-germânico Maximiliano, depois que a reconquista de Milão fracassou.⁴⁵ No Acordo de Bruxelas, feito no dia 3 de dezembro de 1516, o *Habsburgo* Maximiliano, renunciando a todos os direitos imperiais antigos, teve de reconhecer a supremacia da França sobre o Ducado de Milão. Em compensação, ele recebeu alguns territórios sem importância e um pouco de dinheiro – tudo isso representando poucos ganhos em comparação com as batalhas em oito anos.

As cinco guerras entre os Habsburgos e os Valois (1521-1559)

O compromisso de 1516, sendo também provisório, possibilitou especialmente a Carlos, duque da Borgonha desde 1506, e soberano presuntivo de um império imenso, onde “o sol nunca se punha”, realizar as suas pretensões ao trono dos reinos da Espanha nos anos de 1516 e 1517. Quando, porém, a questão da sucessão ao trono no Império Romano-Germânico tornou-se atual, após a morte de Maximiliano, no dia 12 de janeiro de 1519, o conflito entre as dinastias dos *Habsburgos* e dos *Valois* eclodiu novamente, mais forte do que antes, acumulando os antagonismos antigos entre a Borgonha e a França, assim como entre a Espanha e a França. A luta

45 Cf. os relatórios contemporâneos sobre a campanha de Maximiliano, impressos em: WIESFLECKER-FRIEDHUBER, n. 70 e 71, p. 240-250.

pela coroa imperial⁴⁶ nos anos de 1518 e 1519 já demonstrava que o conflito fundamental entre as duas dinastias não havia terminado com a Paz de Noyon entre os dois soberanos jovens, mas continuou como luta pela hegemonia universal. Sob essas condições, batalhas pareceram ser inevitáveis.

Desde a Idade Média, vinha se desenvolvendo a base de um direito internacional, que acabava de nascer, especialmente, devido à deficiência do imperador e do papado, de uma sociedade pluralista dos Estados europeus, que pretendia basicamente uma soberania completa. Ao mesmo tempo, porém, no início dos Tempos Modernos, ainda havia idéias que acentuavam a coesão política da Europa sob a hegemonia de somente um poder – idéias essas que eram defendidas na corte tanto de Carlos quanto de Francisco e destacadas diante do expansionismo dos turcos naquele tempo⁴⁷ que, desde o início da década de 20 do século XVI, sob o comando do sultão Suleiman II, o Magnífico (1494-1566, sultão desde 1520), avançavam sobre a Europa e, em 29 de agosto de 1521, conquistaram Belgrado, considerada invencível, a porta de entrada para a Hungria.⁴⁸

Mesmo que Carlos tenha dividido o império imenso da família dos *Habsburgos* no Acordo de Bruxelas, feito em 1522, de maneira secreta, com seu irmão Fernando,⁴⁹ ele manteve uma posição dominante dentro da Casa d'Áustria, e interpretou o seu império como poder ocidental, universal e cristão acima de todos os Estados particulares, providenciando a paz interna e externa contra os infiéis. O representante mais importante de uma *monarchia universalis* (monarquia universal), ou seja, de um domínio mundial nesse sentido, entre os conselheiros do imperador, era o seu chanceler Mercurino Gattinara (1465-1530), um jurista do Piemonte que sabia que esse conceito, que poderia dar aos territórios diferentes herdados por Carlos

46 Cf. as explicações no início desse artigo.

47 Cf. KOHLER, Das Reich, 1990, p. 4 et seq.

48 Cf. KOHLER, Das Reich, 1990, p. 10 et seq.; RABE, 1991, p. 302 et seq.; MATUZ, 1994, p. 115-131, e LUTZ, 1997, p. 187 et seq.

49 Enquanto Carlos deveria manter a herança borgonhesa, os reinados espanhóis com todos os países pertencentes na Itália, isto é, Sardenha, Nápoles e Sicília, assim como no Ultramar, inclusive o título de imperador, Fernando deveria receber todos os territórios austríacos do Império Romano-Germânico, as pretensões de suceder ao trono na Boêmia e na Hungria, inclusive todos os países pertencentes. Cf. KLUETING, 1989, p. 97.

uma verdadeira unidade e coesão, só podia ser realizado com base no poder político, orientado quase exclusivamente pelos interesses do Estado, ou seja, pela Razão do Estado. Em uma carta, escrita poucos dias depois da eleição de Carlos como imperador, Gattinara o lembrou, com insistência, que “Deus, o Criador, colocou, por sua graça, a dignidade da Vossa Senhoria acima de todos os reis e príncipes cristãos, tornando Vossa Senhoria o maior imperador e rei desde a divisão do império de Carlos, o Magno, o seu antecessor, e remetendo Vossa Senhoria ao caminho da legítima monarquia universal”.⁵⁰ Esse conceito político resultou, necessariamente, como Gattinara sabia claramente, e aceitou, conscientemente, em uma guerra contra a França.

Ao contrário de um grupo de nobres borgonheses, que preferiam um política externa pró-francesa,⁵¹ Gattinara queria reduzir o poder da França radicalmente, pretendendo as aquisições francesas da herança borgonhesa da mesma maneira como a Provença e o *Languedoc* como feudos antigos do império e de Aragão, para formar uma ligação territorial entre os territórios espanhóis e italianos.⁵² Uma posição-chave nas suas reflexões tinha a Itália,⁵³ que era rica econômica e demograficamente e possuía uma difusão cultural enorme. Quando o imperador, na visão de seu chanceler, tivesse o domínio sobre a Itália como sobre a França do Sul, poderia atingir um predomínio em toda a Europa, e esse era o verdadeiro objetivo do programa político de Gattinara. Mas Carlos não pôde realizar o programa máximo de Gattinara. Todas as tentativas de Carlos, que afinal se resignou desapontadamente, fracassaram totalmente diante da Reforma Protestante, que não pôde ser anulada e divulgou-se sem parar, em relação às corporações do império, que conseguiram evitar uma posição predominante do imperador, e diante de outros poderes europeus, que enfrentaram com sucesso todas as pretensões dos *Habsburgos* em relação ao predomínio total na Europa. O adversário principal dos *Habsburgos* na luta pela hegemonia européia tornou-se, especialmente depois de sua derrota na eleição para

50 Carta de Gattinara a Carlos V, Barcelona, de 12 de julho de 1519, impressa em: KOHLER, Quellen, n. 6, p. 59 et seq., aqui p. 59; cf. KOHLER, Das Reich, p. 5 et seq.

51 Carlos era, desde 1506, duque de Borgonha. Um desses nobres de alta categoria era, por exemplo, Guillaume de Croy, Senhor de Chièvres (1458-1521).

52 Cf. RABE, 1991, p. 224 et seq. e KOHLER, Das Reich, p. 8 et seq.

53 Cf. um memorial de Gattinara, provavelmente de 1521, em: KOHLER, Quellen, p. 60, nota 1.

imperador romano-germânico, o rei francês que, por sua vez, reclamou o reino de Nápoles e algumas partes do reino de Navarra, situado entre a França e a Espanha, que foram perdidas, em 1512, para a Espanha. Com essas reivindicações territoriais, ele demonstrou, evidentemente, também as suas pretensões à hegemonia. Esse antagonismo resultou, finalmente, em cinco guerras entre as dinastias dos *Habsburgos* e dos *Valois* que abalaram a Europa ao mesmo tempo quando, a partir da Reforma Protestante, o processo da confessionalização começou a abranger o mundo.

Sob as condições políticas acima mencionadas, a guerra entre os dois inimigos, ou seja, sistemas políticos, tornou-se inevitável. Francisco motivou, na primeira fase do verão de 1521, o rei exilado de Navarra, Henrique II d'Albret (rei de 1517 a 1555) a invadir, com a ajuda das tropas francesas, a Navarra espanhola – a campanha, aliás, onde Inácio de Loyola (1491-1556), o fundador da Sociedade de Jesus, foi ferido. A operação de Henrique, porém, não obteve sucesso e, logo, suas tropas foram repelidas.⁵⁴ Depois que negociações entre Carlos e Francisco, sob a direção do cardeal inglês Thomas Wolsey, haviam fracassado,⁵⁵ em novembro de 1521, a primeira guerra (1521-1526) entre os próprios adversários, a saber, o imperador e o rei francês, começou, concomitantemente na região de Champanha, assim como na Itália Setentrional.⁵⁶ Carlos estava em uma aliança ofensiva com o papa Leão X (1475-1521, papa desde 1513), a Inglaterra e com Charles de Bourbon (falecido em 1527), o mais poderoso vassalo do rei francês, para realizar os direitos antigos do império na Itália. A sorte da guerra era vacilante: nenhum dos dois lados conseguiu alcançar sucessos militares decisivos. Embora a maioria dos pequenos e médios Estados italianos, entre eles Veneza e o papa Clemente VII (1478-1534, papa desde 1523), aproximassem-se, paulatinamente, da França, e na opinião pública começasse a surgir um forte patriotismo anti-habsbúrgico, Carlos conseguiu, no dia 24 de fevereiro de 1525, no seu aniversário, derrotar as tropas francesas na batalha de Pavia, de maneira devastadora.

54 Nessa situação, Gattinara advertiu Carlos a fazer um armistício, mas recomendou continuar a guerra, cf. seu memorial de 30 de julho de 1521, cf. KOHLER, Quellen, n. 18, p. 81-89.

55 Cf. RABE, 1991, p. 225.

56 Para os detalhes dessa guerra de 1521 a 1526, cf. MIECK, 1982, p. 258; RABE, 1991, p. 225 et seq.; KOHLER, Das Reich, p. 8 et seq., e LUTZ, 1997, p. 29-31.

Além disso, o rei francês foi feito prisioneiro, um fato que permitiu a Carlos resolver, definitivamente, a questão francesa – ou no sentido radical e sem escrúpulos, totalmente à custa da França, ou no sentido de um compromisso e de uma reconciliação. Na corte imperial, cada um desses conceitos políticos tinha os seus defensores:⁵⁷ por um lado, Gattinara, segundo o qual o imperador deveria estabelecer boas relações com os Estados italianos e humilhar a coroa da França a fim de organizar, finalmente, como líder absoluto da cristandade, uma cruzada contra os turcos infiéis; por outro, os vice-reis de Nápoles e Sicília, especificamente Charles de Lannoy e Hugo de Moncada, recomendaram uma reconciliação com a França e, com base nisso, uma supressão da Itália. Entre essas duas possibilidades extremas, realizaram-se as negociações de paz com o rei francês preso. Os resultados não foram satisfatórios: a solidariedade entre os monarcas foi considerada, formalmente. Os limites, porém, tanto da consciência francesa de si quanto dos seus interesses de segurança foram ultrapassados, evidentemente. Segundo o acordo de Paz de Madri,⁵⁸ de 14 de janeiro de 1526, ditado por Carlos, a França perdeu os Ducados de Borgonha e Milão e teve que renunciar à sua supremacia feudal sobre Flandres e o *Artois*, assim como a todas as suas pretensões territoriais na Itália como, por exemplo, Gênova, *Asti* e o reino de Nápoles. Acordos de matrimônio entre Francisco, que, naturalmente, deveria ser posto em liberdade, e Leonor de Portugal, a irmã mais velha de Carlos, viúva do rei português Manoel I, o Feliz (1469-1521, rei desde 1495), assim como entre Francisco, o filho do rei francês, e Maria (falecida em 1545), a filha de Leonor, deveriam confirmar a paz no futuro.

O rei francês e sua mãe, Luísa de Savóia (*Savoie*), que desempenhou, durante a sua ausência, a regência, tinham que aceitar essas condições quase sem alterações. Mas, antes de assinar o acordo de paz, Francisco declarou, solenemente, diante de seus íntimos, como consta no seu protesto secreto, que somente aceitou o acordo, o qual tinha que assinar a favor do imperador, para evitar os males e danos que poderiam acontecer à

57 Cf. o relatório do ministro plenipotenciário de Veneza, Gasparo Contarini, de 15 de novembro de 1525, em: KOHLER, Quellen, n. 29, p. 113-115.

58 Impresso (em extrato) em: DICKMANN, 1966, n. 101, p. 221-223; Cf. RABE, 1991, p. 226 e LUTZ, 1997, p. 31.

cristandade e ao seu próprio reino. Que tinha feito isso sob a pressão da violência direta e devido à prisão longa, e que tudo que foi combinado no acordo ficasse nulo.⁵⁹ Colocando os interesses do Estado, ou seja, a Razão do Estado acima dos seus próprios, ou seja, da sua honra, Francisco demonstrou que, em seguida ao pensamento de Maquiavel, a porta para a modernidade havia sido aberta também na prática da política. Enquanto o próprio Carlos considerou essa paz uma paz de reconciliação que permitiria, no futuro, uma luta coletiva contra os protestantes, assim como contra os turcos, Francisco revogou essa paz imediatamente após a sua libertação, considerando-a uma paz de submissão. Com isso, o acordo de paz se mostrou inexequível, como Gattinara já tinha previsto nas negociações.⁶⁰

O conflito entre os dois soberanos deveria se realizar, no futuro, sob condições totalmente diferentes. No mesmo ano em que a Paz de Madri foi realizada, a derrota aniquiladora das tropas húngaras na batalha de Mohacz,⁶¹ no dia 26 de agosto de 1526, e, especialmente, a morte do rei jovem boêmio e húngaro Luis II, três dias depois, durante a fuga, aumentou, por um lado, o poder da Casa d'Áustria, mas, por outro lado, dificultou consideravelmente, ao mesmo tempo, a posição estratégica dos *Habsburgos*, em geral, e de Carlos, em especial, abrindo mais uma fronteira além dos problemas da Reforma Protestante, das lutas na e pela Itália contra a França e pelo domínio do mundo. Conforme as determinações hereditárias, no caso da morte de Luis sem deixar filhos, acordadas dez anos antes em Viena, Fernando, o segundo filho de Maximiliano ascendeu ao trono boêmio e húngaro, mas se viu confrontado na Hungria com as pretensões concorrentes do magnate húngaro João Zapolya (falecido em 1540), que foi eleito contra-rei e ocupou, apoiado pelos turcos, uma grande parte do país, enquanto Fernando dominou apenas a região do leste. A necessidade da dinastia dos *Habsburgos* estar presente, diplomaticamente, politicamente e militarmente, tanto no Leste quanto no Oeste da Europa exigiu-lhes, não raramente, demais.

59 Protesto secreto de Francisco antes de assinar o acordo de Paz de Madri em: DICKMANN, n. 100, p. 220 et seq.

60 Cf. o extrato da autobiografia de Gattinara, em: DICKMANN, n. 99, p. 219 et seq.

61 Cf. RABE, 1991, p. 302 et seq.

Francisco se esforçou, imediatamente, para revisar a Paz de Madri. No dia 22 de maio de 1526, ele, já em acordo com a Inglaterra, conseguiu estabelecer a Sacra Aliança de *Cognac*, composta pelo papa Clemente VII, por Florença, onde governava a dinastia dos *Medici*, a família do papa, por Veneza e pelo Ducado de Milão, e dirigida, ofensivamente, contra o imperador.⁶² Quando Francisco rejeitou a oferta de Carlos para resolver as diferenças políticas em um duelo, as lutas eclodiram novamente. À primeira guerra seguiu, quase que imediatamente, a segunda (1526-1529).

A coalizão entre a França e os Estados italianos tinha, no início, claras vantagens; quando os reforços da Espanha e do império chegaram, as tropas imperiais sob a direção de Charles de Bourbon e Georg von Frundsberg tomaram a ofensiva. Enquanto o papado e o Estado do Vaticano foram tratados com cuidado no campo de batalha, a diplomacia imperial, desempenhando forte pressão e aproveitando, habilmente, a reivindicação francesa de Nápoles como recompensa, tentou levar o papa a sair da Liga de *Cognac*. Mas, naquele momento, em vão. Uma mudança fundamental trouxe o famoso *Sacco di Roma*⁶³ do dia 6 de maio de 1527, quando as tropas imperiais, devido à falta de pagamento e também de direção resoluto, tornando-se mais e mais indisciplinadas invadiram o Estado do Vaticano saqueando, sem quaisquer escrúpulos, Roma – terminando, dessa maneira com a sua cultura renascentista. Finalmente, o papa, que foi preso, e o imperador, que continuou a sua política moderada diante do papado se reconciliaram no dia 6 de dezembro de 1527. Em compensação por sua neutralidade futura, o papa foi reconduzido.⁶⁴

Apesar desse sucesso, a situação militar na Itália ficou indecisa. Sucessos militares das tropas da Liga de *Cognac* na Itália, assim como uma aproximação da Inglaterra com a França, devido à intenção do rei inglês Henrique VIII (1491-1547, rei desde 1509) de divorciar-se de sua esposa Catarina de Aragão, impeliram o imperador à defensiva. A vitória de Carlos

62 Para essa segunda guerra, cf. RABE, 1991, p. 226 e 304-306; KOHLER, Das Reich, p. 10 e LUTZ, 1997, p. 31 et seq.

63 Cf. RABE, 1991, p. 304 et seq. e LUTZ, 1997, p. 31 et seq.

64 Cf. a instrução de Carlos, do dia 21 de julho de 1527, sobre as suas decisões a respeito do papa, em: KOHLER, Quellen, n. 36, p. 134 et seq.

se esboçou, porém, quando, em agosto de 1528, o almirante genovês Andrea Doria, líder da maior frota no Mediterrâneo, deixou a liga e passou, por razões políticas,⁶⁵ para o lado de Carlos. Tanto na Itália Meridional quanto na Itália Setentrional as tropas francesas foram derrotadas. Francisco teve de reconhecer a vitória imperial.

O acordo de Paz de *Cambrai*,⁶⁶ negociado, na essência, pela mãe de Francisco, Luísa de Savóia (*Savoie*), e pela irmã de Carlos, Margarida, a regente nos Países Baixos, realizado no dia 3 de agosto de 1529, confirmou, em substância, as determinações territoriais da Paz de Madri de 1526, mas Carlos foi então, em uma avaliação mais realística das condições políticas, disposto a renunciar ao Ducado de Borgonha (*Bourgogne*). A hegemonia habsbúrgica na Itália havia sido reconhecida pelo papado já antes, na Paz de Barcelona, do dia 29 de junho de 1529. Além disso, o papa concedeu ao imperador o direito de dispor de alguns recursos financeiros do papado e prometeu realizar logo a coroação oficial de Carlos como imperador romano-germânico. Como compensação, alguns territórios (*Ravenna, Modena e Reggio*) foram devolvidos ao Estado do Vaticano e o domínio dos *Medici*, a família do papa que foi expulsa de Florença devido ao *Sacco di Roma*, foi restituído. A respeito de um concílio geral, porém, para realizar as reformas da Igreja, o papa não fez nenhuma promessa concreta, nem então, nem mais tarde.⁶⁷

Com base nesse acordo de paz, ou seja, em uma hegemonia habsbúrgica limitada, pareceu ser possível, pelo menos na opinião de Carlos, uma cooperação dos dois mais poderosos soberanos da cristandade para resolver alguns problemas urgentes na Europa daquele tempo: realizar as reformas necessárias na Igreja, terminar a separação de fé e, finalmente, preparar uma guerra conjunta contra os turcos, que foram considerados, temporariamente, o maior perigo do Ocidente e, em 1529, pela primeira vez, bloquearam Viena, a capital dos territórios austríacos, mas em vão. Um outro

65 Carlos tinha prometido a Andrea Doria uma independência maior de Gênova sob a sua supremacia do que a da França; de fato, Carlos concedeu a Gênova, na “Convenção de Madri” de 1528, a independência estatal e privilégios extensos, de comércio, cf. RABE, 1991, p. 305 et seq.

66 O acordo de “Paz de *Cambrai*” está impresso em: KOHLER, Quellen, n. 39, p. 140-145. Para os dois acordos, cf. RABE, 1991, p. 306 et seq., e LUTZ, 1997, p. 33.

67 Cf. a carta de Miguel Mais a Carlos, de 11 de maio de 1529, sobre as negociações com o papa, em: KOHLER, Quellen, n. 38, p. 138 et seq.

avanço dos turcos, em 1532, também não surtiu efeitos. Um armistício terminou sua campanha e formou a base de uma convivência pelo menos nos próximos oito anos, sem que a ameaça permanente acabasse.⁶⁸

Sob essas condições políticas gerais, o conflito entre as dinastias dos *Habsburgos* e dos *Valois* passou, por algum tempo, para segundo lugar.

Em meio ano, após a assinatura dos dois acordos, no dia 24 de fevereiro de 1530, exatamente no seu 30º aniversário, Carlos conseguiu realizar a sua coroação, na catedral de Trento, como imperador romano-germânico pelo papa Clemente VII – “uma manifestação consciente”, resume o historiador Horst Rabe, “da ambição imperial de governar universalmente, assim como da ligação profunda deste império com a Igreja romana. O fato de que, após 1530, nenhum imperador tenha sido coroado pelo papa, demonstra, ao mesmo tempo, evidentemente, que o universalismo do império medieval começava a acabar, irrevogavelmente, com Carlos V.”⁶⁹ Em seguida a essa coroação de Carlos, como pressuposto formal, seu irmão e regente no império Fernando foi eleito como o rei romano-germânico pelos Príncipes Eleitores do Império na Dieta Imperial de Augsburg, no dia 5 de janeiro de 1531.⁷⁰

Já no ano de 1529, o imperador Carlos tinha utilizado o desanuiamento nas suas relações com a França para demonstrar o seu poder também diante das corporações feudais do império e, especialmente, diante daquelas que protegeram a teologia luterana,⁷¹ forçando, com isso, o processo da separação de fé. Contra uma decisão “na questão da honra de Deus e da salvação das almas”,⁷² feita pela maioria católica na Dieta Imperial de Espira, em 1529, protestaram 19 corporações que apresentaram já na próxima Dieta Imperial, realizada no ano seguinte em Augsburg, na qual o imperador participou, pessoalmente,⁷³ a sua própria confissão de fé, a Confissão

68 Cf. RABE, 1991, p. 303; MATUZ, 1994, p. 119 et seq., e KOHLER, *Das Reich*, p. 10-15, especialmente p. 13 e p. 73-76.

69 RABE, 1991, p. 306 et seq.

70 Cf. as fontes referentes à eleição de Fernando, em: KOHLER, *Quellen*, n. 49 e 50, p. 178-183.

71 Para este parágrafo, cf. RABE, 1991, p. 317-336 e LUTZ, 1997, p. 37 et seq.

72 Primeiro protesto dos príncipes evangélicos, do dia 19 de abril de 1529, em: KASTNER, *Quellen*, n. 157, p. 499 et seq. Cf. também LUTZ, 1997, p. 39.

73 Cf. o relatório sobre a entrada solene de Carlos V em Augsburg, a 15 de junho de 1530, e a conferência imperial de abertura da Dieta de 20 de junho de 1530, em: KOHLER, *Quellen*, n. 42 e 43, p. 157-164.

Augustana.⁷⁴ A essa separação teológico-dogmática do império seguiu, em 1531, a separação política com a fundação da União de Esmalcalde,⁷⁵ que representou os interesses políticos das corporações feudais protestantes.

Francisco não estava disposto a se contentar com os resultados do acordo de Paz de *Cambrai*. Por isso, se preparou, desde 1529, para as novas lutas contra o imperador, procurando, primeiramente, novos aliados, mais fortes do que os italianos na segunda guerra. Ele acreditou tê-los encontrado no Império Otomano e no Protestantismo político alemão.

Desde 1529, a diplomacia francesa tinha conseguido compensar a perda da frota genovesa: Francisco fez, em maio de 1534, uma aliança com Chairedim Barbarruiva, o príncipe de Argel e, desde 1533, chefe da frota otomana, que infestava por meio de assaltos e saques todo o Mediterrâneo.⁷⁶ Por isso, Carlos, continuando a política tradicional da Espanha e – em divisão de trabalho com o seu irmão Fernando, que providenciou a defesa continental contra os turcos – assumindo a defesa marítima contra os turcos, realizou uma campanha contra Túnis, pois esta havia servido ao Chairedim como base naval. A operação militar obteve sucesso,⁷⁷ mas não destruiu, totalmente, o poder de Chairedim. Nessa situação, o sultão Suleiman esteve disposto a aceitar a oferta do rei francês e fazer uma aliança direta com a França (18 de fevereiro de 1536), que, com isso, saiu da solidariedade tradicional dos Estados cristãos diante dos infiéis. Tratou-se, oficialmente, de um acordo comercial, mas era, porém, “na verdade, (...) uma aliança ofensiva contra o imperador, abrindo, entre outras coisas, aos turcos os portos marítimos da França como bases navais militares.”⁷⁸

Menos felizes foram as negociações francesas com os príncipes protestantes da Alemanha, unidos na União de Esmalcalde, desde o início da década de 30 do século XVI. A lealdade para com o império e com o

74 Essa Confissão de Augsburgo está impressa em: LIVRO DE CONCÓRDIA, 1997, p. 23-93.

75 O documento de fundação da União de Esmalcalde, de 27 de fevereiro de 1531, está impresso em: HOFMANN, Quellen, n. 11, p. 79-82.

76 Cf. RABE, 1991, p. 307. Já desde 1528, a França tinha relações diplomáticas com um outro aliado dos otomanos, a saber: João Zapolya, um príncipe húngaro que concorreu, desde 1526, com o *Habsburgo* Fernando pela coroa da Hungria.

77 Cf. a carta de Carlos à sua irmã Maria de Hungria, de 26 de junho de 1535, e uma outra carta de Carlos, de 16 de agosto de 1535, falando sobre as suas intenções em Túnis e a sua volta, em: KOHLER, Quellen, n. 58 e 59, p. 203-208; cf. também RASSOW, 1977, p. 44 et seq. e LUTZ, 1997, p. 48.

78 RABE, 1991, p. 307; cf. também MIECK, 1982, p. 259 et seq., e KOHLER, Das Reich, p. 11 e 66 et seq.

imperador pesou mais que todas as diferenças confessionais. Por isso, também a última tentativa francesa, de dezembro de 1535, de estabelecer uma aliança com os protestantes alemães, fracassou.⁷⁹ A aliança com os turcos desacreditou, desde 1536, a França totalmente como aliada dos protestantes alemães.

A oferta francesa de dezembro de 1535, de unir-se com os protestantes alemães, era uma reação direta à morte do duque de Milão, Francisco II *Sforza* (1495-1535, duque de 1521-1524, em 1525 e de 1529 a 1535), no dia 1º de novembro de 1535, quando as lutas entre as dinastias dos *Habsburgos* e dos *Valois* recrudesceram novamente. Quando Carlos rejeitou a pretensão do rei francês – à sucessão no trono para um dos seus filhos⁸⁰ – a terceira guerra (1536-1538) entre os dois rivais eclodiu. Francisco invadiu no início de abril de 1536 o Ducado de Savóia (*Savoie*), ocupou-o e expulsou o duque Carlos III (1486-1553, duque de 1504 a 1536), um aliado de Carlos.⁸¹

O imperador, que estava nesse momento em Roma, reagiu com a sua famosa Oração da Segunda-feira de Páscoa, proferida no dia 17 de abril de 1536, no Vaticano.⁸² Carlos denunciou o rei francês como violador notório da paz, defendeu-se contra as acusações francesas, reafirmando a sua inocência e apelou ao papa Paulo III (1468-1549, papa desde 1534) para mediar como árbitro a paz. Como a guerra era inevitável, Carlos queria, como ele declarou, não “por causa da vanglória ou da inimizade contra o referido rei, mas, como Deus sabe, totalmente para evitar os males e dissensões (...) para a referida cristandade (...), assim como para os súditos de um como de outro lado, que a guerra seria feita até o fim totalmente pessoal (...), ofere-

79 Em uma carta às corporações feudais alemãs de 25 de fevereiro de 1535, Francisco se defendeu contra a acusação dos seus inimigos de ter contatos com os turcos e perseguir heréticos alemães; Carlos, por sua vez, deu, no dia 19 de abril de 1535, claras instruções de como deveria ser a resposta diante das corporações, as duas fontes, em: KOHLER, Quellen, n. 56 e 57, p. 194-203.

80 Cf. a carta de Carlos a Jean Hannart, de 14 de dez. de 1535, em: KOHLER, Quellen, n. 60, p. 208 et seq.

81 Cf. RABE, 1991, p. 308. A França permaneceu na posse de Savóia até 1559, cf. RASSOW, 1977, p. 45 et seq.

82 Cf. a carta de Carlos a Jean Hannart, de 17/18 de abril de 1536, em: KOHLER, Quellen, n. 61, p. 211-218; cf. especialmente p. 212, nota 1: a oração foi bem preparada, durou por volta de 90 minutos e foi proferida em língua espanhola. A propaganda habsbúrgica providenciou a sua divulgação rápida em toda a Europa, em seis línguas diferentes (espanhola, italiana, latina, francesa, alemã e holandesa).

cendo o duelo ora por mar, ora por terra, com armas iguais e garantias iguais (...)”,⁸³ apontando, conscientemente, aos exemplos do passado. O apelo de Carlos não surtiu efeitos: nem o papa, nem Veneza abandonaram a sua neutralidade, e Francisco, o rei francês, não aceitou a oferta de um duelo pessoal, um meio antiquado para resolver problemas políticos, já não compatível com o novo conceito impessoal de Estado que estava surgindo naquele tempo de transição, quando conceitos antigos e novos existiam concomitantemente, às vezes na mesma pessoa.

A guerra continuou, sem que houvesse uma decisão definitiva nos campos de batalha, na França e nos Países Baixos. Com o tempo, a preocupação com a aliança entre a França e os otomanos levou o papa e Veneza para o lado do imperador, como a realização da liga contra os turcos entre os três, em fevereiro de 1538, demonstra. Operações militares conjuntas contra a França, porém, não aconteceram. Por isso, essa terceira guerra não terminou com um acordo oficial de paz, mas por meio de uma série de armistícios: o primeiro (para os Países Baixos) de *Bomy* perto de *Therouanne*, já no verão de 1537; o segundo de *Monzon* em Aragão (para os países ao sul dos Alpes), em novembro de 1537; o terceiro de Nice,⁸⁴ mediado pessoalmente pelo papa Paulo III, de junho de 1538. Um encontro pessoal dos dois soberanos em *Aigues-Mortes* na França, de 14 a 20 de julho de 1538, deveria confirmar o compromisso entre as dinastias. Obviamente, quando Carlos e Francisco se aproximaram pessoalmente; nasceu, verdadeiramente, uma base possibilitando uma convivência pacífica em um futuro próximo; uma resolução do conflito através de ligações dinásticas pareceu ser possível, naquele tempo de desanuviamento.⁸⁵

A perspectiva de um futuro pacífico se mostrou uma ilusão quando Carlos, duque de Milão desde a morte de Francisco II *Sforza*, em novembro de 1535, entregou o ducado a seu filho Felipe (1528-1598, rei desde 1556)

83 Carta de Carlos a Jean Hannart, de abril de 1536, em: KOHLER, Quellen, n. 61, p. 211-218, aqui p. 215. Cf. também RASSOW, 1977, p. 47-50.

84 O armistício de Nice, de 18 de junho de 1538, está impresso (em extrato) em: KOHLER, Quellen, n. 68, p. 231 et seq.

85 Cf. RASSOW, 1977, p. 50-53 e RABE, 1991, p. 308 et seq., cf. também a carta de Carlos a Fernando, de 23 de junho de 1538, sobre o armistício de Nice e um projeto de casamento entre os *Habsburgos* e os *Valois*, em: KOHLER, Quellen, n. 66, p. 233 et seq.

como feudo imperial, no dia 11 de outubro de 1540, “destruindo, dessa maneira, as colunas do estado da paz européia”,⁸⁶ como o seu biógrafo Peter Rassow formulou. As relações entre Francisco e Carlos começaram a piorar e resultaram, finalmente, na quarta guerra (1542-1544) entre os dois adversários permanentes. Os vários campos de conflito – a questão dos turcos (Hungria), do Protestantismo e do antagonismo com a França – acabaram se misturando mais e mais e determinaram o processo do desenvolvimento futuro.

Quanto à questão da Reforma Protestante, o imperador Carlos e seu irmão Fernando estavam dispostos, na década de 30 do século XVI, sob a impressão do expansionismo dos turcos, a fazer concessões às corporações feudais protestantes do império em troca de dinheiro e tropas. Acreditando, obviamente, que uma união teológica entre o Catolicismo e o Protestantismo seria possível, Carlos intensificou desde 1539, quando o compromisso com a França facilitou esse caminho, os esforços, por meio de conversas religiosas, para resolver a questão religiosa no império.⁸⁷ A questão da Reforma Protestante esteve, portanto, em conexão estreita com a ameaça da Cristandade Ocidental, naquele tempo, pelos turcos.

Em julho de 1540, as lutas pela posse da Hungria eclodiram de novo quando Isabel, a viúva de João Zapolya, falecido no dia 22 de junho de 1540, o concorrente de Fernando pela posse da Hungria, se recusou, ao contrário do Acordo de *Grosswardein*,⁸⁸ de 24 de fevereiro de 1538, a entregar os territórios de seu marido a Fernando. Uma campanha em setembro do próximo ano contra os turcos, que apoiaram Isabel, fracassou: uma maioria do território húngaro permaneceu, especialmente depois de uma nova campanha otomana no ano de 1543 na esfera de influência dos turcos.⁸⁹ Uma

86 RASSOW, 1977, p. 55.

87 Cf. LUTZ, 1997, p. 39 e 48 et seq. Para a posição do imperador diante dos protestantes de 1538 a 1541, cf. as fontes impressas, em: KOHLER, Quellen, n. 67-76, p. 235-266 e n. 78, p. 268-274.

88 Segundo o “Acordo de *Grosswardein*”, realizado no dia 24 de fevereiro de 1538, entre Carlos, Fernando e João Zapolya, os Habsburgos reconheceram João como rei da Hungria e lhe prometeram ajuda contra os turcos. Zapolya, por sua vez, prometeu que essa parte do país, dominada por ele mesmo, deveria tocar a Fernando, após a sua morte, cf. KOHLER, Das Reich, p. 14.

89 Cf. KOHLER, Das Reich, p. 14 et seq. e 75 et seq., e RABE, 1991, p. 302 et seq.

90 Cf. RASSOW, 1977, p. 56; RABE, 1991, p. 309 e LUTZ, 1997, p. 48.

operação militar de Carlos, em outubro de 1541, contra Argel, onde estava o centro do poder de Chairedim Barbarossa, o aliado dos Otomanos, tinha acabado também com uma derrota notável.⁹⁰

Aproveitando essa fraqueza da Casa d'Áustria, Francisco tentou, novamente, causar a derrota e até a queda dos *Habsburgos*: a quarta guerra (1542-1544) entre os rivais iniciou-se. Aliado dos turcos, cuja frota atrapalhou, fortemente, Carlos no Mediterrâneo, conquistou e saqueou, em 1543, a cidade de Nice, pertencente ao Ducado de Savóia, e passou o inverno de 1543/1544 em *Toulon*.⁹¹ Também aliado à Dinamarca e Escócia cuja importância militar, porém, foi muito limitada, o rei francês se enfrentou com Carlos que esteve desde 1543 aliado à Inglaterra, cujas tropas importunaram Francisco no norte da França. O aliado mais importante da França foi, porém, o duque alemão Guilherme V de *Jülich, Kleve e Berg*, cujas pretensões ao trono do Ducado de *Geldern*, um território no leste dos Países Baixos, concorriam diretamente com as do imperador. Carlos foi aos Países Baixos e derrotou Guilherme na Guerra de Sucessão de *Geldern*;⁹² Guilherme teve que renunciar, no acordo de Paz de Venlo, de 12 de setembro de 1543, ao Ducado de *Geldern* e a alguns outros territórios pequenos, assim como abandonar suas tendências reformatórias. Essa grande vitória de Carlos não somente resultou no fim da aliança entre a França e a Dinamarca, mas proporcionou ao imperador também grande respeito entre as outras corporações feudais do império. Eles, por isso, concederam a Carlos na Dieta Imperial de Espira de 1544, como compensação por concessões imperiais aos protestantes,⁹³ recursos financeiros para combater as tropas francesas – pela primeira e última vez. Com base nesse apoio financeiro e militar, Carlos conseguiu avançar até a capital francesa de Paris, enquanto a frota otomana conseguiu sucessos no Mediterrâneo. A situação militar entre os dois lados beligerantes estava, mais uma vez, indecisa.⁹⁴

91 Cf. MIECK, 1982, p. 260 e p. 279, e RABE, 1991, p. 309.

92 Para a “Guerra de Sucessão de *Geldern*”, cf. KLÜETING, 1989, p. 97 et seq. e RABE, 1991, p. 309 et seq. e LUTZ, 1997, p. 50; cf. também KOHLER, Quellen, n. 77, p. 266 et seq.

93 A Conclusão Imperial de Espira, de 10 de junho de 1544, está impressa (em extrato) em: KOHLER, Quellen, n. 82, p. 302-308. Cf. LUTZ, 1997, p. 50: por causa das suas concessões aos protestantes, o imperador foi criticado mais tarde, fortemente, pelo papa.

94 Cf. o relatório do ministro plenipotenciário de Veneza Bernardino Navagero, de julho de 1546, sobre a situação militar antes de 1544, em: KOHLER, Quellen, n. 88, p. 328-334.

Sob essas condições externas, o acordo de Paz de *Crépy*⁹⁵ foi feito no dia 18 de setembro de 1544. Por causa de uma solidariedade cristã, a França tinha de desistir de sua aliança com os turcos; além disso, ela deveria apoiar a política imperial diante deles e em relação à questão religiosa. Quanto às conquistas territoriais dos dois lados, o *status quo* de 1538, quando o armistício de Nice foi assinado, foi, em substância, restabelecido, o Ducado de Savóia, porém, com exceção da cidade de Nice, permaneceu em posse da França. Francisco tinha que renunciar, de novo, como já fizera na Paz de *Cambrai* de 1529, à sua supremacia em Flandres e no *Artois*, assim como a todas as suas pretensões ao trono na Itália, especialmente ao reino de Nápoles e Ducado de Milão. Novamente, como em 1538, um casamento entre as duas dinastias foi projetado – ou entre Carlos (falecido em 1545), o segundo filho do rei francês, e Maria, a filha mais velha do imperador, ou entre Carlos e Anna, a segunda filha em idade de Fernando, o rei romano-germânico. Como dote, seriam negociados ou os Países Baixos, inclusive o Livre-Condado (*Franche-Comté*) de Borgonha ou o Ducado de Milão – uma alternativa que Carlos, dentro de um prazo de quatro meses, deveria decidir definitivamente. Essa “grande alternativa” foi discutida nos meses posteriores entre os conselheiros do imperador. A decisão foi pela entrega de Milão. A morte precoce de Carlos, o duque de *Orleans*, no outono de 1545, porém, anulou esse item do acordo, para alívio dos *Habsburgos*, que não permitiram uma substituição por um outro representante da família dos *Valois*.⁹⁶

A Paz de *Crépy* foi complementada pelo Acordo secreto de *Meudon*, feito entre os dois soberanos no dia 19 de setembro de 1544. O acordo demonstrou, mais evidentemente do que o acordo de paz oficial, que Carlos tinha saído das lutas dessa quarta guerra como vencedor.⁹⁷ O rei francês teve que aceitar e apoiar as exigências imperiais de realizar um concílio geral, para preparar e discutir reformas da Igreja. Além disso, Francisco deveria, desistindo de suas relações com as corporações feudais protestantes do império, apoiar o imperador, inclusive à mão armada, tanto contra os protestantes como contra os turcos, especialmente na Hungria. Após a derrota

95 Impressa em: KOHLER, Quellen, n. 83, p. 308-314. Cf. também RABE, 1991, p. 312 et seq. e LUTZ, 1997, p. 50 et seq.

96 Cf. RABE, 1991, p. 312.

pretensamente total da França e com o apoio de Francisco, Carlos acreditou poder realizar a sua visão do domínio do mundo – tanto quanto à questão do Protestantismo no império como quanto à questão dos turcos infiéis.

Mesmo que Francisco, o rei da França, acentuasse a sua disposição de compromisso, ou seja, de terminar o conflito entre as duas dinastias, o seu filho Henrique (1519-1559, rei desde 1547), o sucessor presuntivo não aceitou isso e protestou oficialmente, no dia 12 de dezembro de 1545 contra a Paz de *Crépy*. Independente das pessoas de Carlos e Francisco, o antagonismo estrutural entre as dinastias dos *Habsburgos* e dos *Valois* deveria continuar. Henrique, o filho de Francisco, tornou-se, após a morte do seu pai, em 31 de março de 1547, o inimigo principal do imperador Carlos, que pareceu dar indícios de término, na segunda metade dos anos de 1540, de sua visão da monarquia universal.

Nos primeiros meses de 1545, Carlos decidiu resolver a questão do Protestantismo na Alemanha à mão armada. Em junho de 1545, ele fez uma aliança com o papa Paulo III, que concedeu recursos financeiros e militares.⁹⁸ O Concílio de Trento, convocado já em 1542, pôde ser aberto, aliás, no mesmo ano, no dia 13 de dezembro,⁹⁹ depois que a França, após a assinatura da Paz de *Crépy*, tinha desistido de sua política obstrutiva, provindo da reflexão de que as lutas religiosas enfraqueceriam o poder imperial. A partir disso, o Protestantismo alemão esteve sob pressão, mesmo que o imperador, em suas declarações públicas, sempre tenha acentuado a sua disposição de compromisso e de paz e mesmo que uma nova conversa religiosa tenha sido realizada no início de 1546 na cidade imperial de *Regensburg*.¹⁰⁰ Assegurado por um acordo com os turcos, Carlos preparou, consciente e energeticamente, a guerra contra os protestantes alemães por meio de negociações secretas com as corporações feudais católicas, mas também com alguns dos príncipes protestantes, entre eles o duque Moritz de Saxônia (1521-1553, duque desde 1541,

97 Impresso em: KOHLER, Quellen, n. 84, p. 315 et seq.; cf. RABE, 1991, p. 312 et seq. e LUTZ, 1997, p. 50.

98 Cf. RABE, 1991, p. 392-403, e LUTZ, 1997, p. 50 et seq.

99 Para o “Concílio de Trento”, que se divide em três sessões, a primeira de 1545 a 1547/48, a segunda de 1551/52 e a terceira de 1562/63, cf. KLUETING, 1989, p. 287-293; RABE, 1991, p. 520-524; MARTINA, 1995, p. 237-260, e DREHER, 1996, p. 122 et seq.

100 Cf. RABE, 1991, p. 394. Cf. também a carta de Carlos à sua irmã, Maria de Hungria, de 9 de junho de 1546, em: KOHLER, Quellen, n. 87, p. 323-328.

Príncipe Eleitor desde 1547) que se uniu ao imperador em troca do título de Príncipe Eleitor. Diplomática e politicamente preparado, militarmente armado, Carlos iniciou em julho de 1546, ainda durante a Dieta Imperial de *Regensburg*, a assim chamada Guerra de Esmalcalde contra as corporações feudais protestantes, unidas na União de Esmalcalde.

As tropas imperais derrotaram seus inimigos rapidamente, e depois da vitória na batalha de *Mühlberg* no rio Elba, no dia 24 de abril de 1547,¹⁰¹ Carlos encontrava-se no apogeu do seu poder tanto no Império Romano-Germânico como na Europa. Por meio do *Íterim* de Augsburg,¹⁰² negociado na Dieta Imperial de Augsburg, realizada nos anos de 1547 e 1548, Carlos reorganizou as condições religiosas e políticas no Império Romano-Germânico: a questão religiosa foi resolvida, no sentido católico, dando aos protestantes somente algumas concessões sem grande importância.¹⁰³ Na questão constitucional, discutida desde os tempos do seu avô Maximiliano, Carlos deixou a cooperação antiga entre imperador e corporação e tomou, fortalecendo, evidentemente, a sua própria posição como imperador e baseando-se em uma união católica especial,¹⁰⁴ o caminho para uma modificação absolutista da constituição imperial.¹⁰⁵ Os Países Baixos, territórios ricos e prósperos, foram separados, quase que totalmente do império.¹⁰⁶ Com isso, porém, Carlos parecia ter ultrapassado os limites do possível. Tendências opositoras começaram a se manifestar até entre os príncipes católicos.¹⁰⁷

101 Cf. a carta de Carlos à sua irmã, Maria de Hungria, de 25 de abril de 1545 (sobre essa batalha), em: KOHLER, Quellen, n. 95, p. 370-373. Para os detalhes da “Guerra de Esmalcalde”, cf. RABE, 1991, p. 397-403, e LUTZ, 1997, p. 51 et seq.

102 Cf. as fontes sobre “a luta pelo *Íterim* de Augsburg de 1548”, em: KASTNER, Quellen, n. 141-150, p. 449-486. Cf. também RABE, 1991, p. 403-424.

103 O “*Íterim* de Augsburg” era válido para as corporações protestantes. A *Formula reformationis*, baseada, exclusivamente, na doutrina católica, era válida para as corporações católicas e o “*Íterim* de *Lipsia*”, mais próximo à doutrina reformatória, para a Saxônia, uma concessão especial para o seu aliado Moritz, cf. KLUETING, 1989, p. 131 et seq., e RABE, 1991, p. 424.

104 Cf. a resolução de Carlos na questão da união católica, de 28 de julho de 1547, em: KOHLER, Quellen, n. 98, p. 381-384.

105 Cf. RABE, 1991, p. 431 et seq., e KOHLER, Das Reich, p. 20 et seq.

106 Cf. o Tratado de Borgonha entre Carlos e as corporações imperiais, de 26 de junho de 1548, em: KOHLER, Quellen, n. 102, p. 392-399.

107 Sobre a oposição contra o domínio imperial (1548 a 1555), cf. KOHLER, Das Reich, p. 67 e LUTZ, 1997, p. 53.

Naquele tempo, quando Carlos parecia ter resolvido todas as questões pendentes no império e parecia, com base nisso, poder continuar a realizar os seus planos de uma monarquia universal, a corte do rei francês Henrique II, o filho e sucessor de Francisco, tornou-se o centro da oposição alemã e européia contra a política do imperador, ou seja, contra a sua “escravidão bestial” (*viehische Servitut*) e pela “liberdade das corporações” (*ständische Libertät*).¹⁰⁸ A semelhança dos interesses do rei francês e dos príncipes alemães opositores de Carlos, que vinham se reunindo desde 1550, resultaram na assinatura do Tratado de Chambord, feito no dia 15 de janeiro de 1552. Em troca de recursos financeiros e manobras militares de diversão, os príncipes insurgentes ficaram dispostos a ceder ao rei francês os direitos de um vigário sobre as cidades de *Metz*, *Toul* e *Verdun*, que pertenciam ao império.¹⁰⁹ Com base nesse tratado, os aliados iniciaram as lutas: em fevereiro, Henrique II, que, concomitantemente, estava também em uma aliança ofensiva com os turcos e em negociações diplomáticas secretas com vários Estados italianos (Parma),¹¹⁰ invadiu a Lorena (*Lorraine*) e, em março, os príncipes alemães avançaram para o Sul da Alemanha. A quinta guerra entre as dinastias dos *Habsburgos* e dos *Valois* começou, na sua primeira fase, como parte integral da assim chamada Guerra dos Príncipes entre uma oposição de príncipes protestantes e o imperador católico.

Os príncipes sediciosos conseguiram importunar e acostrar o imperador nos seus próprios países austríacos, até obrigá-lo a deixar a sua residência em *Innsbruck*. Ao mesmo tempo, no dia 1º de junho de 1552, os príncipes e uma comissão do imperador entraram em negociações na cidade de *Passau* sobre a questão religiosa. Sob a mediação de Fernando, devido a novos ataques dos turcos contra seus territórios húngaros,¹¹¹ muito interessado em um compromisso, chegaram a um acordo em que tanto as corporações católicas quanto as corporações protestantes deveriam reconhecer, mutuamente, as suas posses e as suas confissões. Ape-

108 Cf. LUTZ, 1997, p. 55.

109 Cf. KOHLER, Das Reich, p. 68 et seq.; RABE, 1991, p. 433 et seq., e HINRICHS, Renaissance, p. 146 et seq.

110 Cf. RABE, 1991, p. 433, e LUTZ, 1997, p. 55.

111 Cf. MATUZ, 1994, p. 125 et seq.; e RABE, 1991, p. 433.

sar de grandes escrúpulos,¹¹² também o imperador Carlos ratificou, no dia 15 de agosto de 1552, esse Tratado de *Passau* (de 2 de agosto),¹¹³ que formou, substancialmente, a base para a convivência das confissões no império, porém, ainda provisoriamente, porque a solução definitiva da questão religiosa, ainda considerada possível, foi adiada para a próxima Dieta Imperial. Três anos depois, a Dieta Imperial de Augsburgo assumiu, as determinações de 1552 na sua conclusão imperial de 25 de setembro de 1555,¹¹⁴ para regulamentar a convivência das confissões no império.

Após o acordo com os príncipes alemães, a atenção do imperador se voltou para a França que se tornou, novamente, o inimigo principal. Devido à ocupação das cidades de *Metz*, *Toul* e *Verdun* e, com isso, de partes de Lorena (*Lorraine*), ela ameaçava, diretamente, a comunicação entre os territórios habsbúrgicos dos Países Baixos e do Livre-Condado (*Franche-Comté*) de Borgonha.

Quando Carlos tentou retomar as regiões do império ocupadas pelo rei francês fracassou várias vezes, inclusive na última, no bloqueio e na reconquista de *Metz* em janeiro de 1553.¹¹⁵ Assim sendo, Carlos retirou-se aos Países Baixos e preparou a sua renúncia ao trono, que aconteceria passo a passo,¹¹⁶ e iniciou a separação da Casa d'Áustria em uma linha espanhola e outra alemã, depois que a assim chamada “sucessão espanhola”, isto é, uma ocupação alternativa (das duas linhas da dinastia) ao trono

112 Cf. o parecer de Carlos sobre as reclamações das corporações nas negociações em Passau, em: KOHLER, Quellen, n. 108, p. 418-422, assim como a carta de Carlos à sua irmã Maria, de 16 de julho de 1552 (sobre o conselho de Fernando em aceitar o tratado), em: KOHLER, Quellen, n. 109, p. 422 et seq.

113 Os artigos referentes à religião do Tratado de *Passau*, de 2 de agosto de 1552, em: KASTNER, Quellen, n. 159, p. 520 et seq.

114 A Conclusão da Dieta Imperial de Augsburgo, de 25 de setembro de 1555, está impressa em: HOFMANN, Quellen, n. 17, p. 98-128, e também em: KASTNER, Quellen, n. 160, p. 523-531.

115 Cf. RABE, 1991, p. 439 et seq., e KOHLER, Das Reich, p. 21. Fontes referentes ao bloqueio do imperador da cidade de *Metz*, em: KOHLER, Quellen, n. 110-112, p. 423-433.

116 Carlos renunciou ao trono borgonhês no dia 25 de outubro de 1555, em favor de seu filho Felipe (cf. a oração de Carlos diante das corporações gerais dos Países Baixos e a instrução de Carlos para o seu filho Felipe, de 25 de outubro de 1555, em: KOHLER, Quellen, n. 117 e 118, p. 466-480), aos tronos espanhóis, inclusive aos vice-reinados no Novo Mundo, no dia 16 de janeiro de 1556, também em favor de Felipe, e cedeu o governo do império, no dia 7 de setembro de 1556, a seu irmão Fernando (cf. a instrução imperial para a comissão de renúncia a Fernando e as corporações imperiais, de 3 de agosto de 1556, em: KOHLER, Quellen, n. 119, p. 480 et seq.), que foi eleito, oficialmente, “Imperador Romano-Germânico Eleito”, no dia 24 de março de 1558, cf. RASSOW, 1977, p. 68-72; RABE, 1991, p. 459 et seq. e LUTZ, 1997, p. 57.

do imperador não pôde ser realizada.¹¹⁷ Sob a influência de seu filho Felipe e os interesses de sua esposa, a rainha inglesa Maria *Tudor* (1516-1558, rainha desde 1553),¹¹⁸ e depois de uma mediação do papado junto à Inglaterra, o Armistício de Vaucelles, antecipando os resultados da Paz de Cateau-Cambrésis de 1559,¹¹⁹ foi assinado em janeiro de 1556 entre o império e a França, com validade de cinco anos.

Depois da sucessão de Felipe ao trono espanhol, no dia 16 de janeiro de 1556, porém, as lutas iniciaram-se de novo. Felipe não conseguiu aproveitar politicamente os seus sucessos militares de 1557 – por Fernando Alvarez de Toledo, duque de Alba (1507-1582) na Itália e pelo duque expulso Carlos III de Savóia em *Saint-Quentin* na França, onde Felipe prometeu a construção do Escorial¹²⁰ – porque lhe faltaram, ao final, os recursos necessários e também devido à morte de sua esposa, Maria, em 17 de novembro de 1558. Assim sendo, finalmente, a Paz de Cateau-Cambrésis¹²¹ foi feita entre Henrique e Felipe no dia 3 de abril de 1559, encerrando a luta das dinastias dos *Habsburgos* e dos *Valois* pela hegemonia na Europa. Os resultados dessas lutas nesta paz foram os seguintes: a França perdia, por um lado, o Piemonte, a Savóia e a Córsega, como todos os seus direitos na Itália. Por outro lado, a França permanecia de posse, primeiro, de alguns lugares fortificados na fronteira com o Ducado de Savóia, como Turim, Pinerolo e no Marquesado de Saluzzo; segundo, da cidade marítima de Calais e, terceiro, tacitamente, das cidades imperiais *Metz*, *Toul* e *Verdun*. Um dos artigos dessa Paz Católica conteve a estipulação que Felipe II deveria se casar com Elisabeth, a filha do rei Henrique II.¹²²

117 Cf. as fontes referentes a essa “sucessão espanhola”, em: KOHLER, Quellen, n. 104-106, p. 401-408.

118 Cf. RABE, p. 440 et seq.

119 Cf. LUTZ, 1997, p. 57 et seq.

120 Cf. MIECK, 1982, p. 260; LUTZ, 1997, p. 66, e HINRICHS, Renaissance, p. 147.

121 Cf. MIECK, 1982, p. 260 et seq., e HINRICHS, Renaissance, p. 147.

122 Cf. MIECK, 1982, p. 260 et seq. – Para Henrique II, cf. CLOULAS, 1985.

Conclusão

A Paz de Cateau-Cambrésis¹²³ pôs fim não somente à última das cinco guerras entre Carlos e Francisco, inclusive entre Felipe e Henrique, os filhos herdeiros deles, mas também à primeira fase do conflito entre as dinastias dos *Habsburgos* e dos *Valois* – um conflito que os *Habsburgos* tinham herdado por meio de uma ligação dinástica, um meio político importantíssimo naquele tempo, que foi manejado, de maneira excelente, por Maximiliano, o avô de Carlos.

A partir do casamento de Maximiliano, em 1477, com Maria, a filha herdeira da Borgonha, os *Habsburgos* assumiram o conflito antigo entre a Borgonha e a França. As lutas entre Maximiliano e os reis franceses pela herança da Borgonha, realizadas, na maioria, nos territórios borgonheses, terminaram, após mais de 15 anos, com um empate: na Paz de *Senlis* (23 de maio de 1493), Maximiliano, freqüentemente sem recursos militares e financeiros por parte do Império Romano-Germânico, importunado por uma parte das corporações feudais borgonhesas e não estando em condições de concentrar-se, exclusivamente, nas lutas ocorridas na Borgonha, teve de conceder, finalmente, uma divisão dos territórios da Borgonha.

Com a marcha de Carlos VIII ao reino de Nápoles, em 1494, a Itália tornou-se, para os próximos 23 anos, o campo preferido de batalha das lutas entre as grandes potências européias pela hegemonia na Itália e na Europa. Nessas guerras, o antagonismo entre as dinastias dos *Habsburgos* e dos *Valois* foi sobreposto pelo antagonismo entre a França e a Espanha, as duas potências política e militarmente dominantes na Itália. Essas lutas européias terminaram também com um empate: enquanto a França controlou a Itália Setentrional, a Itália Meridional permaneceu na esfera de influência da Espanha. Depois que Carlos, o herdeiro dos reinos da Espanha, aceitou esse compromisso, no Acordo de Noyon (setembro de 1516), finalmente, também Maximiliano teve que reconhecê-lo no Acordo de Bruxelas (3 de setembro de 1516), embora o compromisso fosse em detrimento dos interesses imperiais e dos seus próprios.

123 Cf. o balanço político em LUTZ, 1997, p. 57 et seq.

Quando a questão da sucessão ao trono no Império Romano-Germânico tornou-se atual, após a morte de Maximiliano (12 de janeiro de 1519), os interesses opostos das dinastias dos *Habsburgos* e dos *Valois* se enfrentaram. Carlos e Francisco, os concorrentes pela coroa imperial e chefes das suas respectivas dinastias, tornaram-se adversários implacáveis.¹²⁴ Acumulando os antagonismos antigos entre a Borgonha e a França assim como entre a Espanha e a França, Carlos e Francisco, inclusive os seus filhos herdeiros e sucessores Felipe e Henrique, fizeram, ao todo, cinco guerras pela hegemonia na Itália e do mundo. No decorrer daqueles quase 40 anos de luta (1521-1559), o conflito dinástico se uniu, muito estreitamente e até de maneira inextricável, com as outras duas questões que caracterizavam e determinavam aquele tempo, a saber, a da Reforma Protestante e a do expansionismo dos turcos.

A França foi a grande derrotada nas lutas de muitos anos, realizadas nos campos de batalha na Itália, assim como nos Países Baixos. Mesmo que conseguisse receber alguns territórios, inclusive uma parte da herança borgonhesa, a saber o Ducado de Borgonha, a França, permanecendo em uma situação de cerco pelos *Habsburgos* espanhóis (Espanha, Países Baixos, Livre-Condado (*Franche-Comté*) de Borgonha e Ducado de Milão na Itália Setentrional), não podia realizar as suas ambições políticas nem na Itália, nem quanto à hegemonia universal.

Devido à morte trágica do rei Henrique no dia 10 de julho de 1559, ao comemorar o matrimônio da sua filha Elisabeth com Felipe, consumado pelos representantes do rei espanhol, *per procurationem*,¹²⁵ a Paz de Cateau-Cambrésis de 1559 representou um ponto crucial e um momento de transição de importância fundamental não somente na história francesa, mas também na história européia, que divide o século XVI em duas fases diferentes, que têm, porém, uma conexão estreita. A morte de Henrique, juntamente ao esgotamento financeiro do Estado devido às guerras na primeira metade do século XVI e a divulgação rápida da Reforma Protestante, especialmente do

124 Cf. KOHLER, Das Reich, p. 69 et seq.: Heinrich Lutz apresenta as seguintes cinco fases nas relações entre 1515 e 1559: 1) 1515-1520: mudança de tempos de compromisso e de confrontação; 2) 1521-1526: confrontação radical e planos de destruir a existência estatal da França; 3) 1526-1545: tentativas variáveis de estabelecer compromissos dinásticos e territoriais; 4) 1545-1555: programa de revisão e ofensiva do rei Henrique; 5) 1555-1559: interesses de Felipe de estabelecer compromissos.

125 Cf. a nota 18.

tipo calvinista no país, empurrou a França a uma crise dinástica, política e religiosa fundamental, que resultou, na segunda metade do século XVI, em uma série de oito guerras civis religiosas (1562-1598). Ocupada com os problemas internos, a França foi eliminada como fator influente da política européia naquele tempo, ou seja, como contrapartida da Espanha predominante.

A questão italiana perdeu, significativamente, a sua importância no antagonismo das dinastias dos *Habsburgos* e dos *Valois*. Com a separação, apesar de todas as afirmações da coesão, da Casa d'Áustria em uma linha espanhola e outra alemã, foi a linha espanhola dos *Habsburgos* que assumiu e continuou, principalmente, o conflito com a França. Em outras palavras: o antagonismo habsbúrgico-francês foi restringido, nos tempos seguintes, mais e mais em um conflito francês-espanhol.

A Espanha, sob o rei Felipe II, era a grande vencedora da Paz Católica de 1559. Conseguiu assegurar definitivamente o seu predomínio político e militar na Itália (Ducado de Milão, os reinos de Nápoles, Sicília e Sardenha). Com base nisso, a Espanha atingiu uma posição hegemônica na Europa Ocidental até meados do século XVII, quando a Paz de Vestfália de 1648 e a Paz dos Pireneus de 1659 não somente puseram fim à época do Confessionalismo, ou seja, do período a partir da Reforma, quando a questão religiosa predominava em quase todas as áreas da vida humana e as confissões se constituíam, mas também iniciaram a hegemonia da França sob o reino de Luis XIV (1638-1715, rei desde 1643), o “rei-sol” que prevaleceu na Europa, antes que a Inglaterra, a partir do fim da Guerra da Sucessão Espanhola em 1713/14, assumisse uma posição preponderante no sistema dos Estados europeus.

O conflito entre as dinastias dos *Habsburgos* e dos *Valois* se transformou, após o assassinato de Henrique III (1551-1589, rei desde 1574), o último rei dessa família, no decorrer das oito guerras civis religiosas na França (1562-1598), em um conflito entre as dinastias dos *Habsburgos* e dos *Bourbons*, ou seja, entre a Monarquia Habsbúrgica, o mais poderoso Estado do Império Romano-Germânico e que fornecia, quase sempre, o imperador, e a França. Os dois países se enfrentaram na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), quando a França, em 1635, interveio diretamente, nas lutas, na segunda metade do século XVII, quando Luis XIV realizou as suas guerras expansivas também contra os Estados alemães no oeste do Império Romano-Germânico e no século XVIII, quando, depois de 1740, após a morte de Carlos VI (1685-1740, imperador desde 1711, rei da Boêmia desde 1711, rei da

Hungria desde 1712), o último homem da linha alemã dos *Habsburgos*, a França participou da Guerra da Sucessão Austríaca (1740-1748). Nos tempos incertos devidos à grande Revolução Francesa de 1789, os franceses e os alemães encontraram-se, novamente, em acampamentos militares diferentes. A partir do século XIX, o antagonismo tornou-se verdadeiramente nacional. A França e a Alemanha eram inimigo inexoráveis durante o Segundo Império Alemão (1871-1918), durante a República de Weimar (1919-1933) e durante o Regime Nazista (1933-1945).

Vale a pena, porém, lembrar também que a França e a Alemanha foram, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), apesar de todas as diferenças anteriores, as nações que deram fortes impulsos, a partir da década de 50 do século XX, à unificação dos Estados europeus – uma iniciativa que resultou, finalmente, na formação da União Européia de hoje.

Referências

DICKMANN, F. (Org.). *Geschichte in Quellen* [= História em fontes]. München: 1966. v. 3: Renaissance, Glaubenskämpfe, Absolutismus [Renascença, Lutas de fé, Absolutismo].

HOFMANN, H. H. (Org.). *Quellen zum Verfassungsorganismus des Heiligen Römischen Reiches Deutscher Nation 1495-1815* [= Fontes sobre o organismo constitucional do Sacro Império Romano-Germânico] (Ausgewählte Quellen zur deutschen Geschichte der Neuzeit. Freiherr vom Stein-Gedächtnisausgabe). Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1986. v. 13.

KOHLER, A. (Org.). *Quellen zur Geschichte Karls V* [= Fontes para a história de Carlos V] (Ausgewählte Quellen zur deutschen Geschichte der Neuzeit. Freiherr vom Stein-Gedächtnisausgabe). Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1990. v. 15.

LIVRO DE CONCÓRDIA. *As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*. Tradução e notas de Arbaldo Schüler. Porto Alegre: Concórdia, 1997.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Escritos políticos. Tradução de Lívio Xavier. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores).

WIESFLECKER-FRIEDHUBER, I. (Org.). *Quellen zur Geschichte Maximilians und seiner Zeit* [= Fontes sobre a história de Maximiliano I e o seu tempo] (Ausgewählte Quellen zur deutschen Geschichte der Neuzeit. Freiherr vom Stein-Gedächtnisausgabe). Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1996. v. 14.

Literatura de Apoio

BUCHNER, R. *Maximilian I. Kaiser na der Zeitenwende* [= M. Imperador na virada dos tempos] (Persönlichkeit und Geschichte). 2. ed., Göttingen/Zürich/Frankfurt a. Main: Musterschmidt, 1970. v. 14.

BURCKHARDT, J. *A cultura do Renascimento na Itália*. Brasília: Ed. da UnB, 1991. Original em alemão, 1860.

CLOULAS, I. *Henri II*. Paris: [s. n.], 1985.

DREHER, M. N. *A crise e a renovação da Igreja no período da Reforma*. São Leopoldo: Sinodal, 1996. (Coleção História da Igreja, v. 3).

DUCHHARDT, H. *Deutsche Verfassungsgeschichte 1495-1806* [= História alemã de constituição]. Stuttgart/Berlin/Köln: Verlag W. Kohlhammer, 1991.

HINRICHS, E. (Org.). *Kleine Geschichte Frankreichs* [= Pequena História da França]. Stuttgart: Philipp Reclam Junior, 1994.

HINRICHS, E. Renaissance, Religionskriege und Begründung der absoluten Monarchie (1498-1661) [= Renascença, guerras religiosas e estabelecimento da monarquia absolutista ...]. In: HINRICHS, E. (Org.). *Kleine Geschichte Frankreichs*. [s. l.] : [s. n.], 1994. p. 125-185.

HUIZINGA, J. *O declínio da Idade Média*. São Paulo: Verbo/Ed. da USP, 1978. Original em holandês.

JACQUART, J. *François Ier*. Paris: [s. n.], 1981.

KLUETING, H. *Das Konfessionelle Zeitalter 1525-1648* [= A era confessional]. Stuttgart: Eugen Ulmer Verlag, 1989.

KOHLER, A. Karl V. 1519-1556. In: SCHINDLING, A.; ZIEGLER, W. (Org.). *Die Kaiser der Frühen Neuzeit 1519-1918* [= Os imperadores dos tempos modernos]. München: Verlag C. H. Beck, 1990. p. 34-54.

KOHLER, A. *Karl V. 1500-1558. Eine Biografie* [= Carlos V ... Uma biografia]. München: Verlag C. H. Beck, 1999.

_____. *Das Reich im Kampf um die Hegemonie in Europa 1521-1648* [= O império na luta pela hegemonia na Europa] (Enzyklopädie deutscher Geschichte). München: R. Oldenbourg Verlag, 1990. v. 6.

_____. “Tu felix Austria nube...”: Vom Klischee zur Neubewertung dynastischer Politik in der neueren Geschichte Europas [= ... Do clichê a uma avaliação nova de política dinástica na História mais moderna da Europa]. *Zeitschrift für Historische Forschung*, v. 21, p. 461-482, 1994.

LADURIE, E. *Le Roy: o Estado Monarquico*. França, 1460-1610. Trad. de Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. Original em francês, 1987.

LUTZ, H. *Reformation und Gegenreformation* [= A Reforma e a Contra-Reforma]. 4. ed., revisada e complementada por Alfred Kohler. München: R. Oldenbourg Verlag, 1997.

LUTZ, H.; SCHUBERT, F. H.; WEBER, H. *Frankreich und das Reich im 16. und 17. Jahrhundert* [= A França e o império nos séculos XVI e XVII]. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1968.

MARTINA, G. *História da Igreja de Lutero a nossos dias*. Tradução de Orlando Soares Moreira. São Paulo: Loyola, 1995. v. 1: A era da Reforma. Original em italiano, 1993.

MATUZ, J. *Das Osmanische Reich*. Grundlinien seiner Geschichte [= O Império Otomano. Princípios da sua história]. 3. ed. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1994. 1. ed.: 1985.

MATZ, K.-J. *Wer regierte wann?* Regententabellen zur Weltgeschichte [= Quem governava quando? Tabelas dos soberanos da história universal]. 4. ed. München: Deutscher Taschenbuchverlag, 1994.

MIECK, I. *Die Entstehung des modernen Frankreich 1450-1610*. Strukturen, Institutionen, Entwicklungen [= A gênese da França moderna (...) Estruturas, instituições, desenvolvimentos]. Stuttgart/Berlin/Köln/Mainz: Verlag W. Kohlhammer, 1982.

MITTERMAIER, K. *Die Politik der Renaissance in Italien* [= A política da Renascença na Itália]. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1995.

RABE, H. *Deutsche Geschichte 1500-1600*. Das Jahrhundert der Glaubensspaltung [= A História alemã (...) O século da separação da fé]. München: C. H. Beck, 1991.

RASSOW, P. K. V. *Der letzte Kaiser des Mittelalters* [= Carlos V. O último imperador da Idade Média]. (Persönlichkeit und Geschichte). 3. ed. Göttingen/Zürich/Frankfurt a Main: Musterschmidt-Verlag, 1977. v. 1. 1. ed.: 1957.

RUBINSTEIN, N. Das politische System Italiens in der 2. Hälfte des 15. Jh. [= O sistema político da Itália na segunda metade do século XV]. In: MORAW, P. (Org.). *“Bündnissysteme” und “Aussenpolitik” im späteren Mittelalter* (Zeitschrift für Historische Forschung. Beihefte). Berlin: Duncker & Humblot, 1988. v. 5, p. 105-119.

SCHULIN, E. *Kaiser Karl V.* Geschichte eines übergrossen Handlungsbereichs [= O imperador Carlos V. A História de um domínio de ação por demais grande]. Stuttgart/Berlin/Köln: Verlag W. Kohlhammer, 1999.

TERRASSE, C. *Franz der Erste von Frankreich.* Der König und sein Reich [= Francisco o Primeiro da França. O rei e o seu império]. Hamburg: Christian Wegner Verlag, 1948. Original em francês, 1943.

WIESFLECKER, H. Artigo Maximilian I. *Neue Deutsche Biographie (NDB)*, Berlin v. 16, p. 458-471, 1990.

WIESFLECKER, H. *Kaiser Maximilian I.* Das Reich, Österreich und Europa an der Wende zur Neuzeit [= Imperador M. I. O império, a Áustria e a Europa na virada para os Tempos Modernos]. Wien/München: [s. n.], 1971-1986. 5 v.